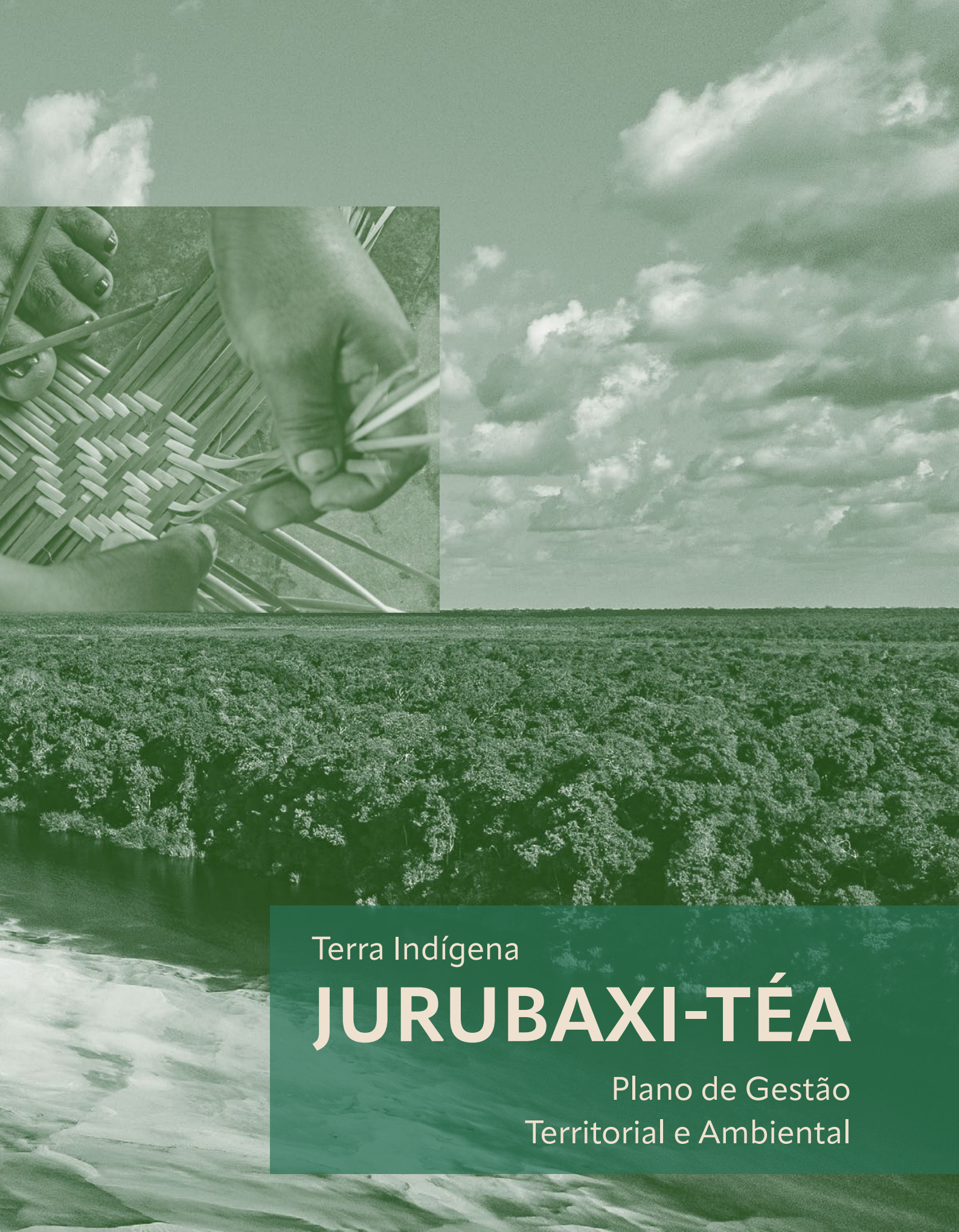




Terra Indígena

JURUBAXI-TÉA

Plano de Gestão
Territorial e Ambiental

Terra Indígena

JURUBAXI-TÉA

Plano de Gestão
Territorial e Ambiental

1ª edição

São Gabriel da Cachoeira, 2024

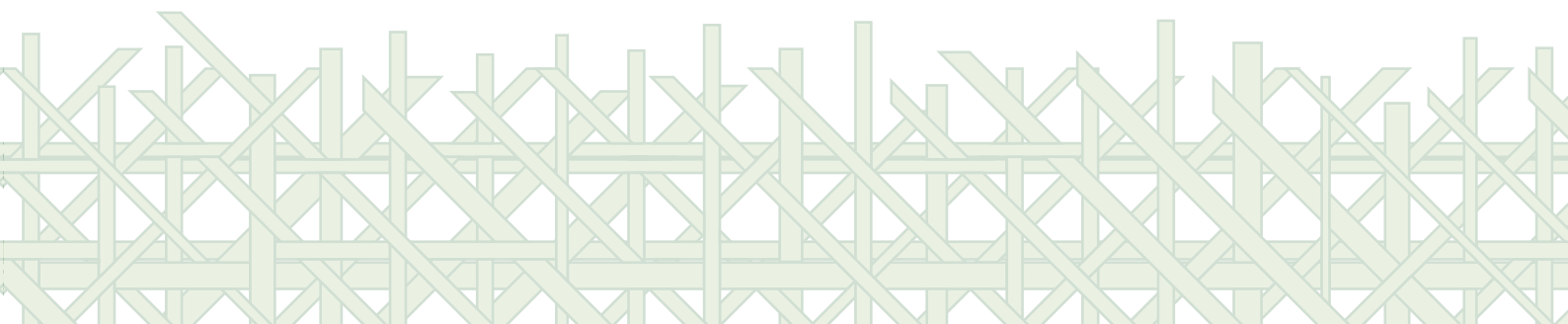
Realização e Edição

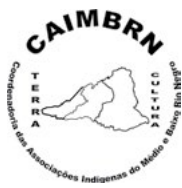


Território é lugar de vida, nossa e de todas aquelas que aqui estão: peixes, animais da terra, pássaros e outros, nas águas, nas florestas e no ar.

Saúde e bem-estar no nosso território significa ausência de doença, ter vida com disposição e alegria para trabalhar, pescar, brincar e dançar.

(Oficina geral de construção do PGTA, Acariquara, outubro de 2022)





EXPEDIENTE

Iniciativa O Plano de Gestão da Terra Indígena Jurubaxi-Téa é resultado de um longo processo de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres. Trata-se de uma iniciativa liderada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em cooperação com as suas Coordenadorias Regionais. A elaboração do PGTA TI Jurubaxi-Téa foi viabilizada pela Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN) e Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN).

Realização Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – <https://foirn.org.br/> – e Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN)

Diretoria Executiva da FOIRN 2021-2024

Marivelton Rodrigues Barroso – Baré – Diretor Presidente
Nildo José Miguel Fontes – Tukano – Diretor Vice-presidente
Janete Figueredo Alves – Desana – Diretora
Adão Francisco Henrique – Baré – Diretor
Dario Emílio Casimiro – Baniwa – Diretor

Endereço Av. Álvaro Maia 79 - Centro - São Gabriel da Cachoeira-AM, CEP: 69750-000 foirn@foirn.org.br

Coordenadoria CAIMBRN 2021-2024

Carlos Teixeira Nery – Pira-tapuya - Coordenador
Samero Andrade Soares – Baniwa – Vice-coordenador
José Mario Pereira Góes – Yanomami – Secretário
Evaldo Bruno Martins – Tesoureiro

Diretoria ACIMRN 2022-2025

Adilson da Silva Joanico – Baniwa – Presidente
Joaquim Rodrigues Costa – Baré – Vice-presidente
Rodrison Murilo Maia – Baré – 1º Secretário
Eldenir dos Santos Bento – Baré – 2º Secretário
Eliezer Sarmiento – Tukano – 1º Tesoureiro
Adamor Pinheiro Serrão – Baré – 2º Tesoureiro



Endereço Rua Laura Vicuña 01 – Santa Inês – Santa

Isabel do Rio Negro–AM – CEP 69740-000

caimbrn@foirn.org.br /acimrn@hotmail.com

Assessoria Instituto Socioambiental (ISA)

Comissão de Governança dos PGTA's das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro FOIRN, ISA, CR-RNG FUNAI e ICMBio

Organização e redação Francisco Sarmiento

Revisão técnica e editorial Carla Dias, Renato

Martelli Soares e Francisco Sarmiento

Colaboração nos registros das discussões e oficinas

Eliezer Sarmiento e Adilson da Silva Joanico

Fotografias de capa Rogério Assis

Fotografias Francisco Sarmiento (pp 15; 16; 45 acima; 57; 67; 74), Rogério Assis (pp 33 acima; 37; 70-71; 73), Camila Barra/ISA (pp 33 abaixo e 36 à esq), Felipe Abreu (pp 56-57), Thaissa Sobreiro /ISA (pp 61 abaixo à esq), Acervo Acimrn (pp 45 abaixo; 46-47), Acervo ISA (pp 61 acima e abaixo à dir)

Mapas Renata A. Alves

Projeto gráfico Janaina Pinho e Danilo Bandeira

Pesquisadores do levantamento socioambiental na TI

Jurubaxi-Téa Joana da Silva Serrão, Robson dos Santos Brazão, Antonieli da Silva Rocha, Yago de Jesus Pereira, Eldenir dos Santos Bento, Adilson da Silva Joanico e Francisco Sarmiento

Apoio para realização e participação nas oficinas de discussão ACIMRN e CAIMBRN

Colaboradores todas as lideranças e moradores da TI Jurubaxi-Téa que participaram das oficinas e fóruns de consulta do PGTA

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente a posição das instituições que a apoiaram financeiramente.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano de gestão territorial e ambiental : Terra
indígena Jurubaxi-Téa / realização FOIRN -
Federação das Organizações Indígenas do Rio
Negro ; organização e redação Francisco
Sarmiento. -- 1. ed. -- São Gabriel da
Cachoeira, AM : FOIRN - Federação das
Organizações Indígenas do Rio Negro, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89595-03-8

1. Diversidade cultural 2. Gestão ambiental
3. Indígenas - América do Sul - Brasil
4. Jurubaxi-Téa (Amazônia) - Povos indígenas -
Brasil 5. Povos indígenas - Amazônia - Rio Negro
6. Povos indígenas - Brasil 7. Povos indígenas -
Territórios I. FOIRN - Federação das Organizações
Indígenas do Rio Negro. II. Sarmiento, Francisco.

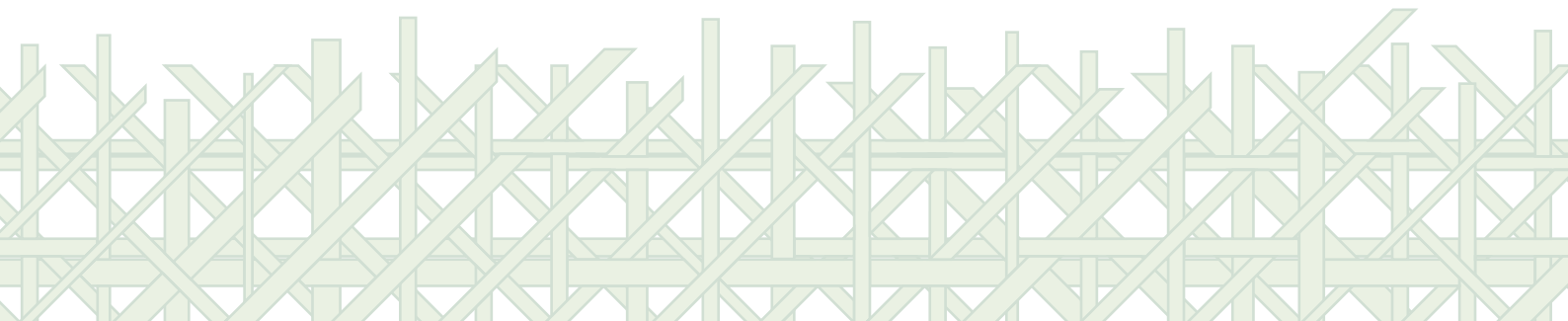
24-223806

CDD-306.089980811

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Amazônia : Terras indígenas : Planos de
gestão ambiental e territorial : Sociologia
306.089980811

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



SUMÁRIO

13	I APRESENTAÇÃO
19	II TERRA INDÍGENA JURUBAXI-TÉA
29	III CONTEXTO HISTÓRICO
41	IV PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PGTA
51	V RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL
79	VI PROPOSTAS E DEMANDAS PARA A GESTÃO TERRITORIAL
103	VIII CONCLUSÃO E PRIORIDADES



I APRESENTAÇÃO

A partir da necessidade de uma estratégia para a gestão de Terras Indígenas (TIs), em 2009 a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e representantes indígenas de diferentes estados brasileiros formaram grupos de trabalho (GTs) sobre territórios indígenas e sua gestão e, após oficinas, seminários e consultas foi elaborada a **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI)**. Diretriz e instrumento de governança das terras indígenas, a PNGATI foi publicada como Decreto 7.747, em 5 de junho de 2012¹.

Esta política visa garantir e fortalecer a governança e autonomia indígena, a preservação dos territórios e dos patrimônios dos povos indígenas. Para isso, lança mão de diversos instrumentos que apoiam a ordenação do território e o fortalecimento de saberes e práticas locais. Entre seus instrumentos, os planos de manejo, planos de gestão territorial, diagnósticos participativos, estudos e pesquisas são centrais.

Os **Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs)** são, portanto, instrumentos da PNGATI e se caracterizam como ferramentas de diálogo

1 Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm



Placa do Programa de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, voltado para a demarcação de Terras Indígenas, na foz do Jurubaxi referente à TI Jurubaxi-Téa. 2022.

intercultural e de planejamento para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas. Estes planos têm sido elaborados pelos povos indígenas com apoio e em diálogo com parceiros da sociedade civil e setores do governo. É um espaço tanto de acordos coletivos entre as comunidades como uma forma de encaminhar recomendações específicas de cada território para políticas públicas. Ou seja, funciona interna e externamente para questões importantes nas Terras Indígenas. Sua construção deve ser um processo sempre revisado, aprofundado e adaptado para a realidade de cada território.

A FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) fez parte do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e dos grupos de trabalho que discutiram a PNGATI. No processo de elaborar

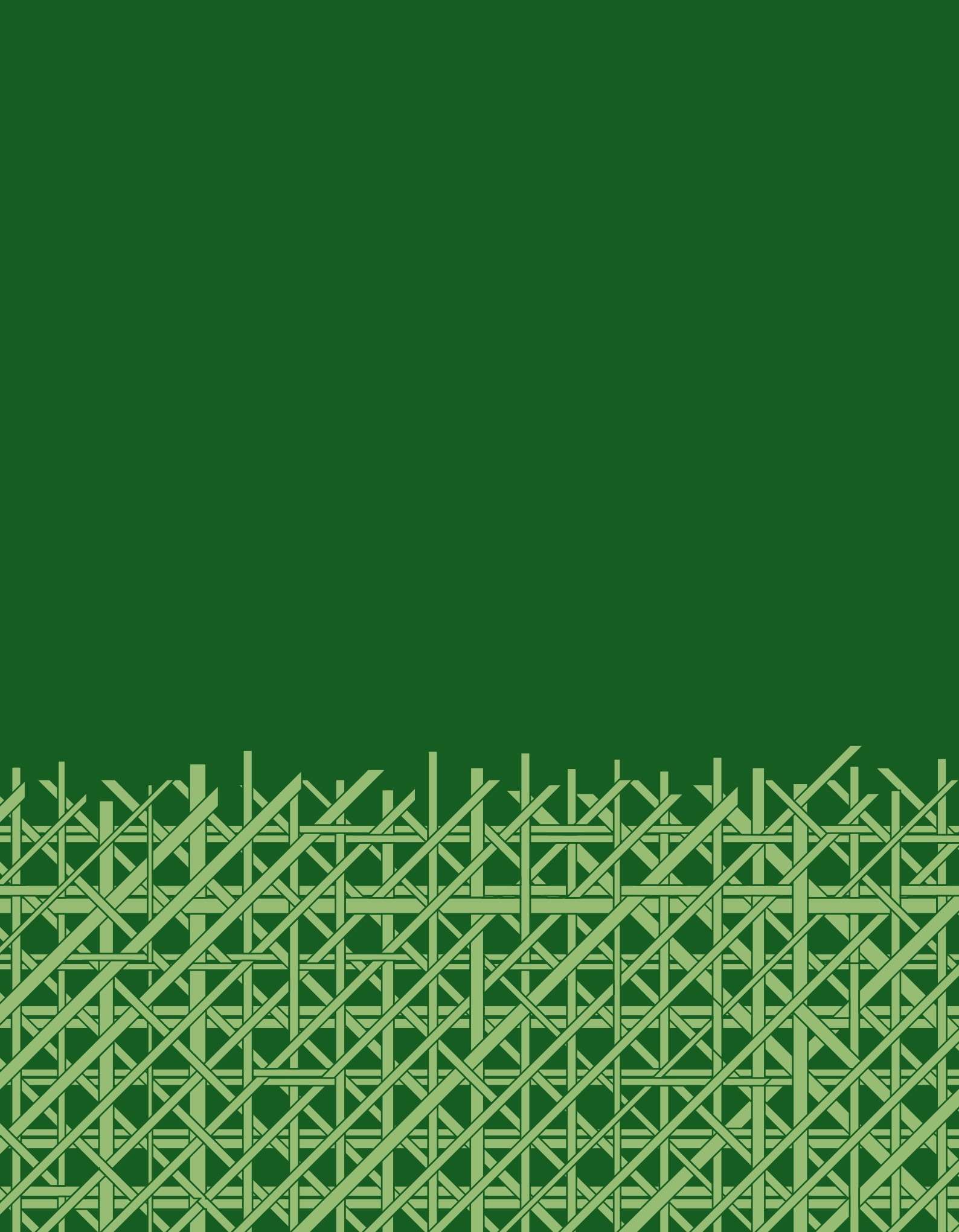


seus PGTA's, o Rio Negro foi uma das primeiras regiões no Brasil a assinar um Acordo de Cooperação Técnica tripartite entre FOIRN, FUNAI e ISA. Dentre as ações prioritárias deste trabalho conjunto foram realizados o levantamento de informações nas comunidades, consultas e revisão deste levantamento e de sistematização para a elaboração dos PGTA's pelas instâncias de governança da FOIRN, ou seja, comunidades, associações e Coordenadorias Regionais. Isso em nossa região, de grande extensão territorial e ampla diversidade cultural, é um grande feito.



Rio Jurubaxi, em frente da comunidade Acariquara, TI Jurubaxi-Téa. 2022.

Este Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Jurubaxi-Téa soma-se ao esforço de governança territorial do movimento indígena ronegrino, o que é uma política central na gestão do nosso território. Aqui são apresentados resultados de um longo e importante processo de discussão. Apresenta questões e propostas para o diálogo interno (entre moradores), para a interlocução com as instituições do Estado e suas políticas públicas, e para as instituições que nos apoiam ou que buscam construir conosco iniciativas.



II TERRA INDÍGENA JURUBAXI-TÉA

Os indígenas do médio rio Negro, a exemplo de seus parentes da parte alta do rio, reivindicam ao Estado brasileiro o reconhecimento de seus territórios como Terras Indígenas (TIs) desde a década de 1980. Os estudos que levaram à demarcação do conjunto de terras indígenas no médio e alto rio Negro tiveram um resultado expressivo em 1998, com a homologação de uma extensa área contínua e que apontaram que estes processos continuariam nas áreas contínuas rio abaixo. No entanto, para estas os estudos de identificação só iniciaram em 2007 e a morosidade do processo continuou, enquanto só aumentaram as ameaças externas e as necessidades de políticas adequadas à vida da população.

Em 2014, a Justiça Federal do Amazonas obrigou a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) a publicar os estudos de identificação das terras no médio e baixo rio Negro em até dois anos. Desse modo, em 2016, foram publicados os estudos de identificação e delimitação da **Terra Indígena Jurubaxi-Téa** e, em 2017, o Ministério da Justiça (MJ) publicou a Portaria 783, reconhecendo a mesma TI como declarada, de posse permanente dos povos indígenas Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Nadöb, Koripako, Piratapuya, Tariana, Tikuna e Tukano.

A Terra Indígena Jurubaxi-Téa está localizada entre os municípios de Barcelos e de Santa Isabel do Rio Negro, no noroeste do Amazonas, na margem direita do médio rio Negro, uma área entre rios afluentes que, de leste para o oeste, tem o igarapé Mabahá, perpassando em sua completude ou parcialmente os rios Jurubaxi, Aiuanã e Uneiuxi, até o rio Téa, ao qual se soma a Ilha Grande (antiga ilha Timoni), defronte à sede de Santa Isabel do Rio Negro. Este território soma uma superfície aproximada de 1.212.199 ha (um milhão duzentos e doze mil e cento e noventa e nove hectares) em um perímetro aproximado de 701 km (setecentos e um quilômetros). A montante da TI é contínua a TI Rio Téa, ao sul há a TI Maraã/Urubaxi e vizinha ao sudoeste está a TI Uneiuxi, em que se encontra o rio de mesmo nome cujo curso é igualmente compartilhado. Em grande parte do território está sobreposta a Área de Proteção Ambiental (APA) Tapuruquara², criada em 2001 pelo município de Santa Isabel do Rio Negro, e o sítio Ramsar do Rio Negro³, o maior sítio de áreas úmidas de importância internacional no mundo, reconhecido desde 2018.

2 A Área de Proteção Ambiental (APA) Tapuruquara é uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável.

3 O nome foi dado pela Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, na cidade de Ramsar, no Irã, em 1971, para conferir reconhecimento especial a áreas marinhas rasas, de grandes rios, mares, lagos ou pântanos. A expectativa em relação ao Rio Negro é que o sítio atraia recursos para conservação, pesquisa e administração das áreas. Também espera-se viabilizar a gestão compartilhada das áreas que abrange.

A TI Jurubaxi-Téa caracteriza-se por uma variedade de ecossistemas terrestres e aquáticos como florestas de terra firme, chavascais (pântanos), igapós (florestas alagáveis), campinaranas (áreas areníticas, de florestas baixas alagáveis), ilhas, praias, lagos, igarapés e rios de água preta, que constituem berçários ou áreas de reprodução de peixes, quelônios, aves e mamíferos, chamadas damisars. Este conjunto faz com que a área seja alvo de grande pressão por recursos naturais (pesca, caça, coleta, madeira e minérios).

De acordo com o levantamento socioambiental (FOIRN & ISA 2017/2018) realizado para este documento, na Terra Indígena Jurubaxi-Téa vivem cerca de 725

peessoas. Há sete povoados maiores ou comunidades: Jutaí, Perseverança, Matozinho, São Francisco, Acariquara, Tabocal do Uneiuxi e Tauari; e dezenas de sítios menores. Verifica-se que houve uma baixa populacional por volta de 29% desde o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da TI (FUNAI 2014) que contabilizou 904 indivíduos. Entre os motivos estão não só as variáveis demográficas como mortalidade e natalidade, mas a própria dinâmica cultural de mobilidade e os fluxos entre comunidades e cidades em vista de acesso a políticas, sobretudo de educação escolar e de saúde, somadas a outras buscas, como de bens e de serviços.

Para que seja finalizado o processo de demarcação pelo Estado brasileiro, **é necessária a demarcação física e a homologação da TI Jurubaxi-Téa. Isso é essencial** para que sejam garantidos e fortalecidos os nossos direitos e território.

O QUE É TERRA INDÍGENA (TI)?

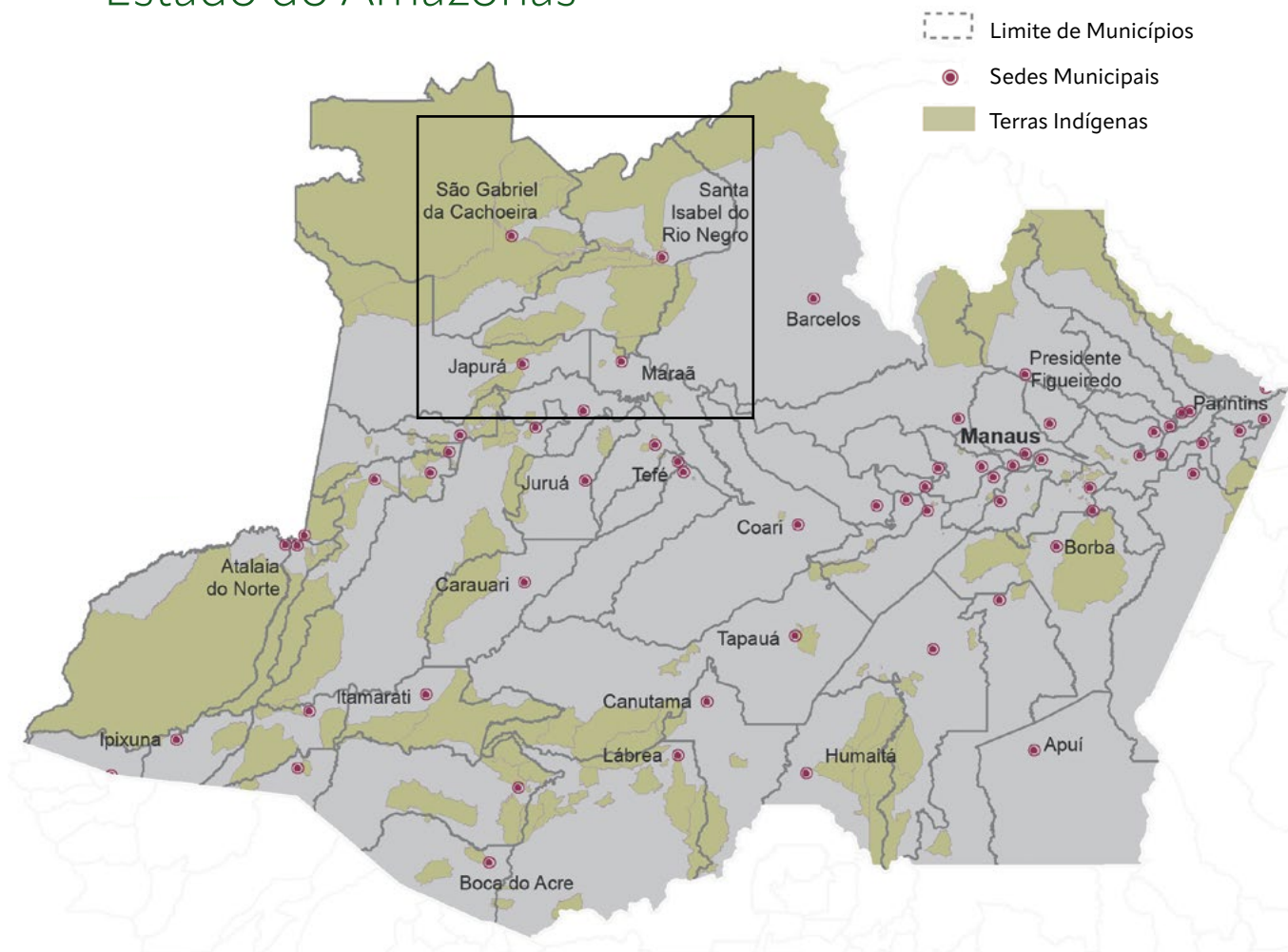
O artigo 231 da Constituição Federal brasileira (CF 1988) reconhece entre os direitos indígenas as Terras Indígenas. A Constituição garante o direito originário dos indígenas, um direito dos que estavam antes dos colonizadores chegarem. E as Terras Indígenas são, "as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições". É o Governo Federal quem reconhece e demarca uma TI, por meio de um processo de identificação cuja responsabilidade é da FUNAI. A TI é considerada propriedade da União, que garante à população indígena residente nela a posse permanente e o usufruto exclusivo dos recursos ambientais ali existentes.



América do Sul Panamazônia

-  Limite de Países
-  Estado do Amazonas
-  Panamazônia

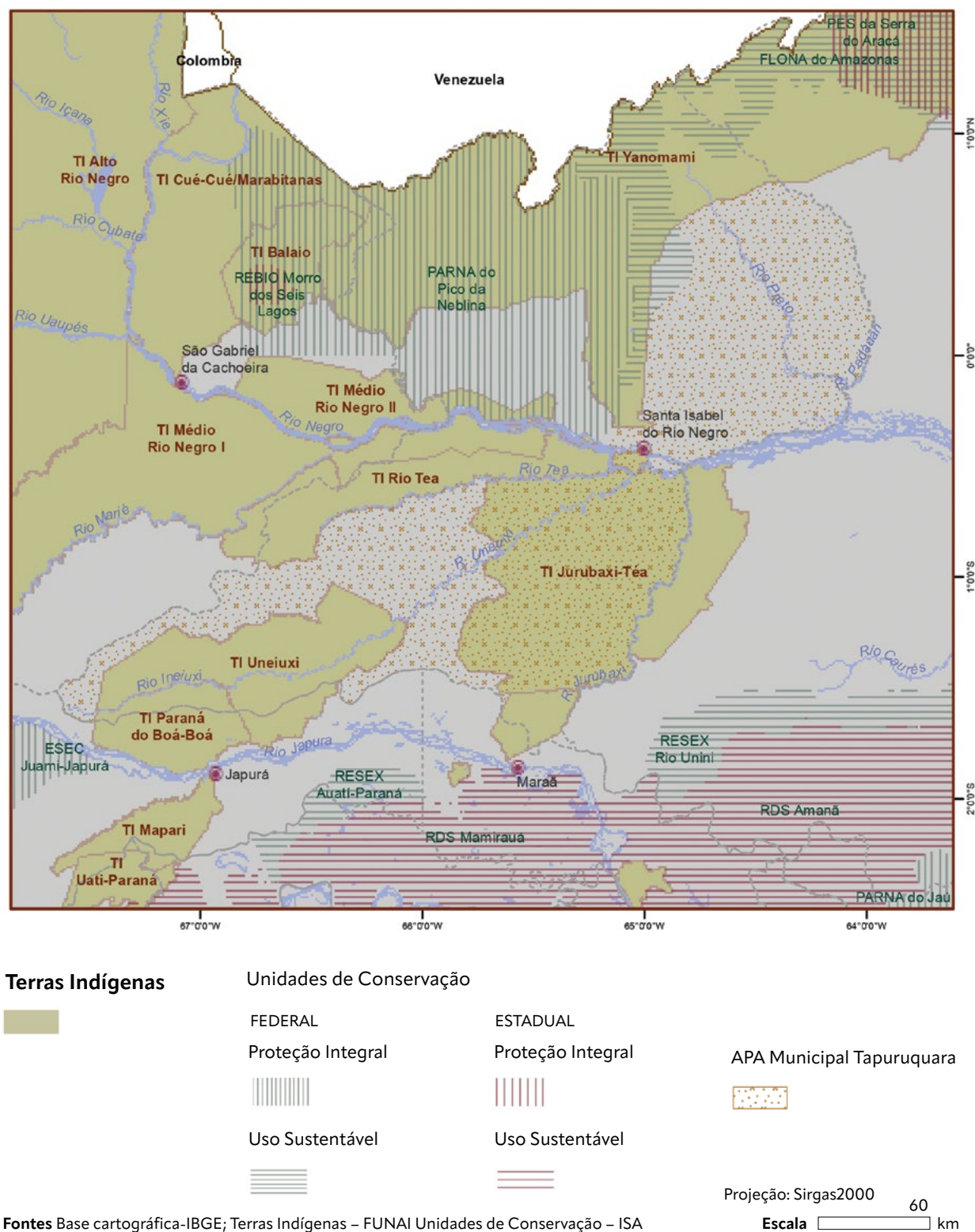
Estado do Amazonas



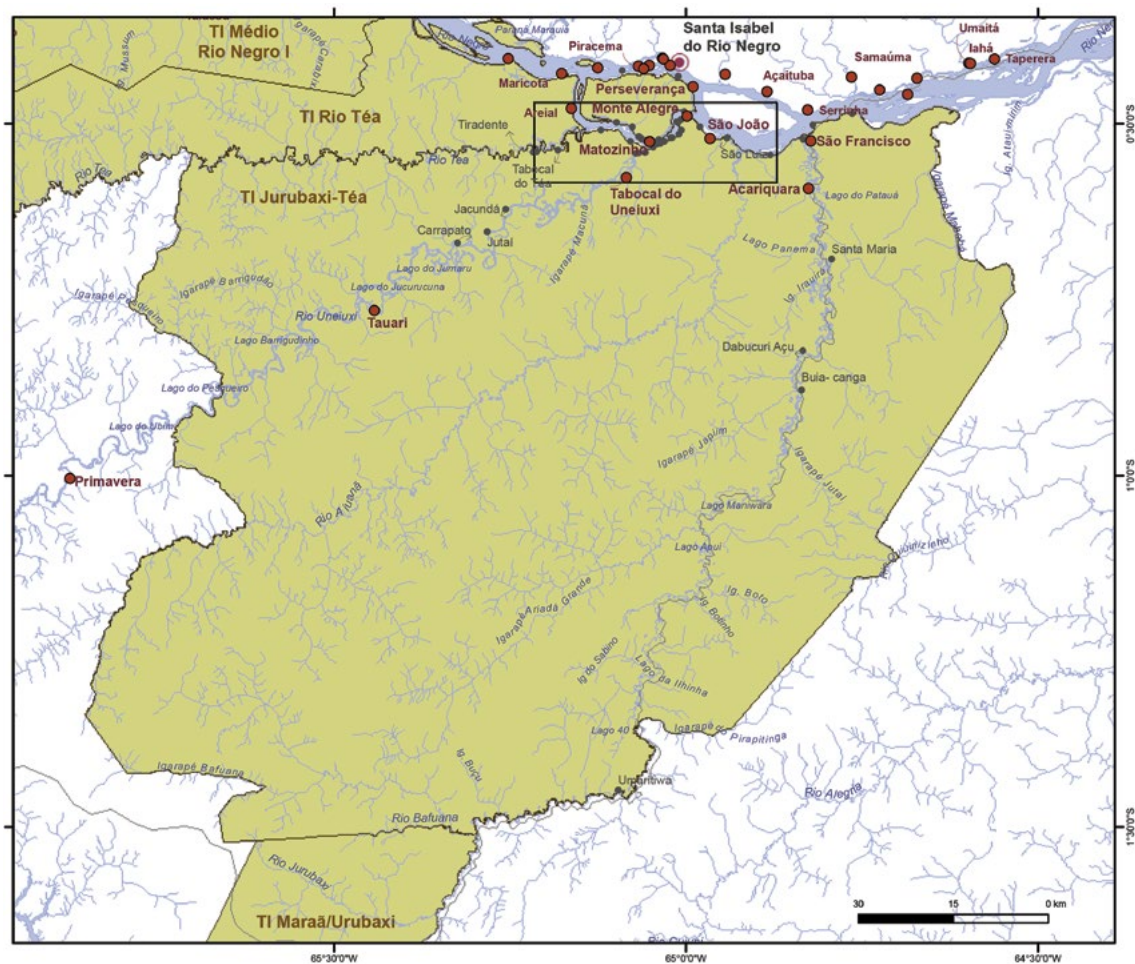
-  Limite de Municípios
-  Sedes Municipais
-  Terras Indígenas

Terras Indígenas e Unidades de Conservação

Unidades de Conservação e Terras Indígenas em seu entorno



Terra Indígena Jurubaxi-Téa



- | | | | |
|---|----------------------|---|------------------|
|  | Limite de Municípios |  | Sedes Municipais |
|  | Terras Indígenas |  | Comunidades |
| | |  | Sítios |

Aproximação da região destacada no mapa acima

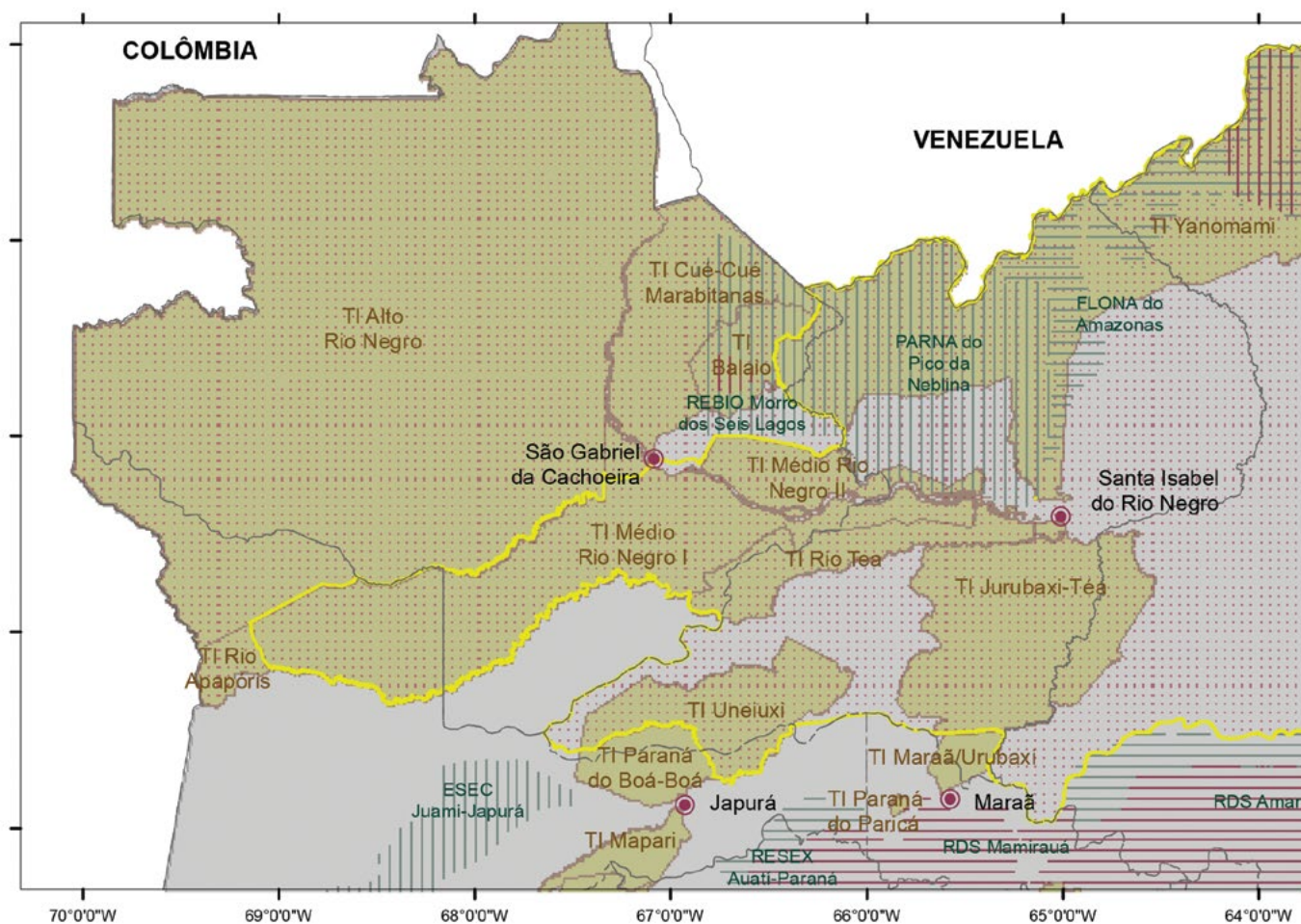


Fontes Base cartográfica-IBGE; Terras Indígenas – FUNAI, Comunidades e sítios, ISA/FOIRN

Abrangência da FOIRN

área em destaque da CAIMBRN

Terras Indígenas e Unidades de Conservação

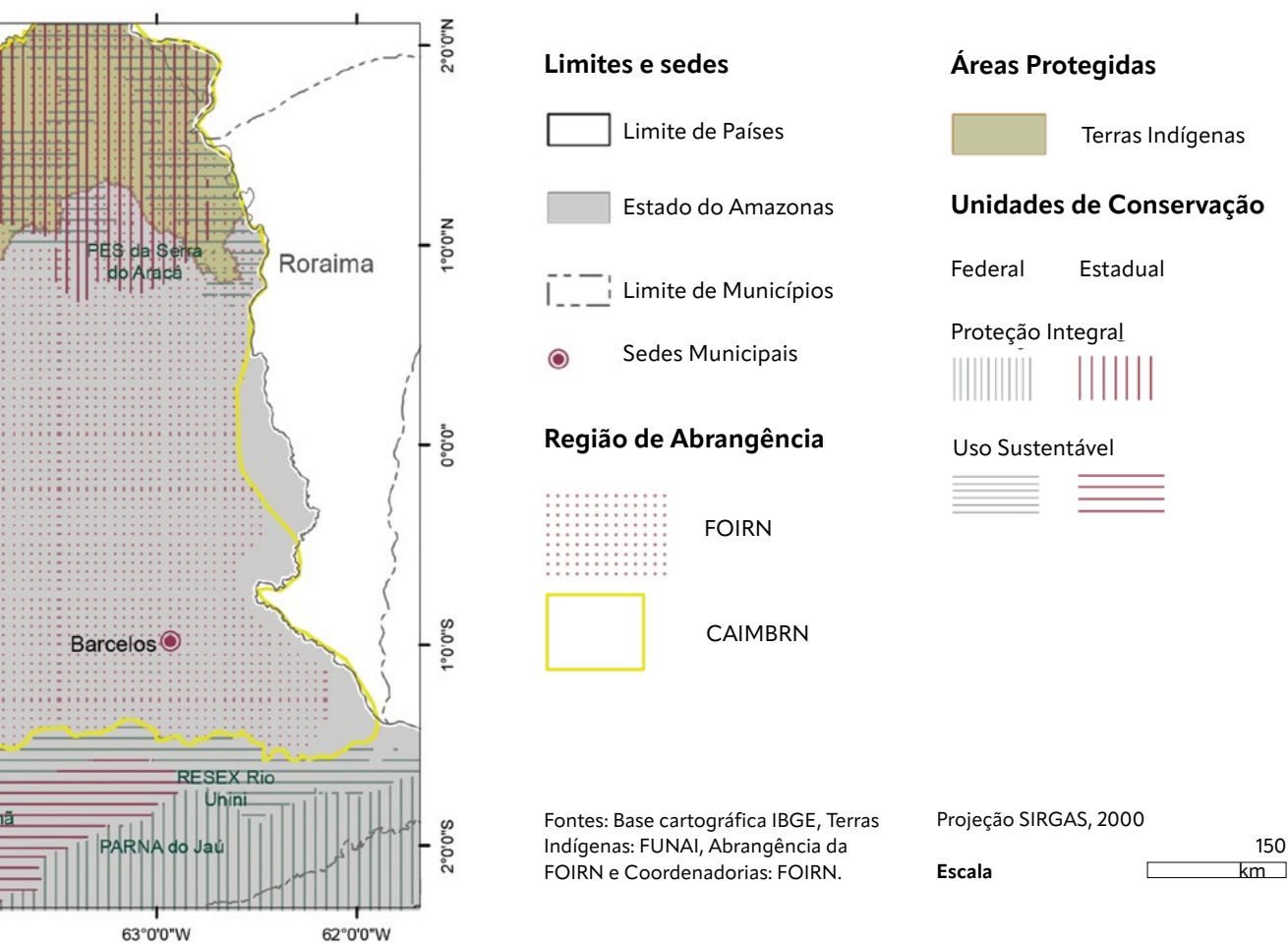


ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

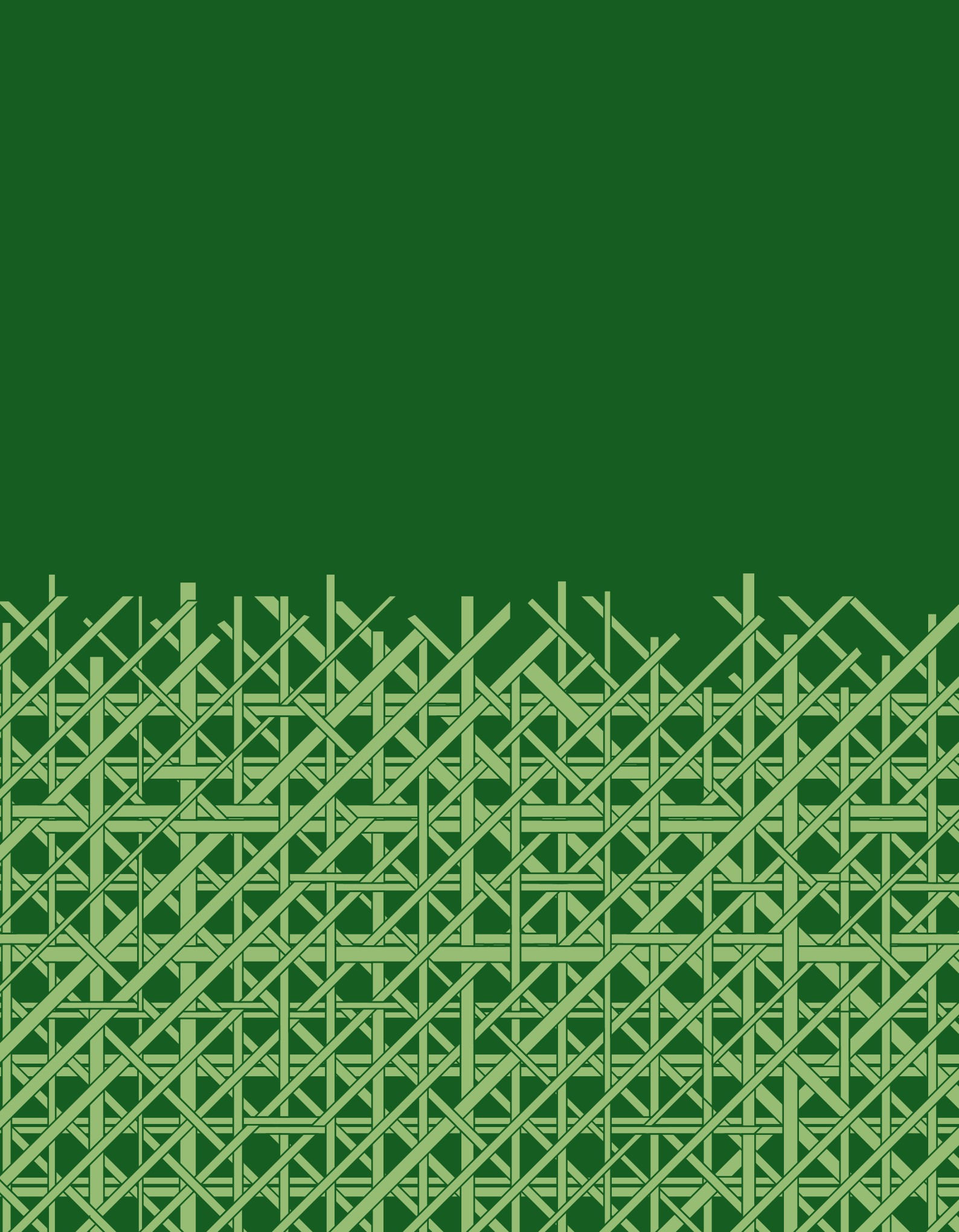
O movimento indígena no Rio Negro tem notável organização e mobilização com mais de noventa Associações de Base, cinco Coordenadorias Regionais e a **Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)**.

A FOIRN, fundada em 1987, é uma associação civil sem fins lucrativos, sem vinculação partidária ou religiosa e tem como missão defender os direitos dos povos indígenas que habitam a região do Rio Negro. A Federação representa mais de 750 comunidades e sítios que estão organizados em cerca de 90 associações indígenas de base, abrangendo um território de mais de 108 mil km². Está estruturada em cinco coordenadorias regionais:

Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), Coordenadoria das Associações Indígenas do Balaio, Alto Rio



Negro e Xié (CAIBARNX), Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes (DIA WII), Organização Baniwa e Koripako (NADZOERI) e Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (CIDI) que, juntas ao Conselho Diretor, Comissão Fiscal e a Diretoria Executiva da FOIRN, compõem as instâncias de gestão da FOIRN. A **Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN)** foi fundada em 1994, para defender os direitos dos povos indígenas que habitam o médio rio Negro e afluentes, em especial a luta pela demarcação das Terras Indígenas, a valorização cultural e a autonomia dos povos indígenas. A TI Jurubaxi-Téa está representada pela ACIMRN e faz parte da CAIMBRN e da FOIRN, com a qual contribui e fortalece.



III CONTEXTO HISTÓRICO

A Terra Indígena Jurubaxi-Téa é ocupada por uma população que descende de povos ancestrais da região. Nossas tradições dizem da importância do próprio rio Negro e de afluentes específicos que constituem nossa origem e organização. Pertencemos assim ao mosaico sociocultural milenar do médio e alto rio Negro, região multilíngue e pluriétnica e fazemos parte das famílias linguísticas Arawak, Naduhupy e Tukano Oriental⁴. Nossas organizações sociais, narrativas mitológicas, ciclos rituais, cultura material e práticas produtivas são parte do sistema social rionegrino.

Desde o passado, nossos ancestrais já interagiam em ricas dinâmicas de comunicação, com comércios, trocas de saberes, alianças e casamentos que atingiam grandes distâncias. Dentre as formas de organização, desenvolvemos um sistema de chefia local com conselho de anciãos, posições de status e de seguimento de irmãos maiores e menores. Este sistema previa a prática de ritos de proteção e cura de pessoas e do território, com pajelança e benzimento, iniciação de moças e de rapazes com kariamã e oferta das primícias (frutos, peixes e caça) em bailes de dabucuri, com uso de flautas, entre parentes e cunhados. Nossas casas coletivas tradicionais, símbolo cósmico e espaço de sociabilidade, foram a referência deste sistema.



Habitamos tanto as margens como zonas entre rios onde exercemos governança e manejo do território seguindo práticas milenares, pactuando acordos entre as comunidades e respeitando calendários ecológicos, construídos a partir de nossos conhecimentos. Assim, manejamos este território onde vivem manifestações culturais, paisagens, antiquíssimas capoeiras, terras pretas, vasilhas de cerâmicas que afloram nos solos e desenhos dos antigos em lajes de pedras à beira de rios.

No médio e alto rio Negro tivemos os primeiros contatos com os europeus, representantes da colonização, a partir da primeira metade do século XVIII. Nesse processo muitos grupos étnicos foram dizimados, por epidemias de doenças trazidas pelos estrangeiros, mas também por massacres, capturas, descimentos, maus-tratos e diversos tipos de exploração. Nos anos 1723 a 1730, grupos Arawak do médio rio Negro, a partir do estreito de Temendawi, se uniam como podiam e resistiam ao avanço da penetração colonial portuguesa, o que lhes custou muitas vidas, massacres, levadas de prisioneiros, doenças que dizimavam e, assim, sofreram uma extrema baixa populacional. Entre outros, nessa região estavam grupos de língua baré, cujos descendentes continuam sendo a maioria na TI. Consta que ao redor de 1725 os portugueses já teriam alcançado o alto rio Negro até seus formadores e, em 1743, percorreram os rios Içana e Uaupés.

No período colonial, através de razias, tropas de capturas e descimentos, muitos indígenas foram levados para trabalhos de construção, lavoura, extração de produtos naturais (anil, salsaparrilha, sal vegetal, óleo vegetal, puxuri, piaçaba, madeira), pesca ou tarefas diversas nas vilas de Belém e Manaus ou povoados e aldeamentos coloniais rio abaixo. Ou serviram de guias e remeiros na região sob um árduo

4 Os Baré, Baniwa, Koripako e Tariana são originalmente Arawak; os Nadëb, Naduhupy; e os Arapaso, Desana, Kobewa, Pira-tapuya, Tukano e Wanana, Tukano Oriental.

sistema de obrigação. Os que conseguiam escapar desse regime tinham que se mudar a lugares distantes, em cabeceiras dos afluentes e igarapés ou além das cachoeiras, em locais de difícil acesso.

Entre 1758 a 1797, tendo Barcelos como sede da Capitania do Rio Negro, perdurou o Diretório dos Índios, uma política que, sob a coordenação dos missionários, cuidava de, através da atração e descimentos de indígenas, formar aldeamentos com fins de legitimar a posse das terras e dispor de mão de obra para construções, extrativismo e diversos serviços, além da catequese, ensino do português em lugar das línguas nativas e incentivo de uniões conjugais com intento de mestiçagem.

Uma localidade de nome Santa Isabel (antiga) foi criada em 1761 abaixo da foz do Jurubaxi, onde hoje está o local de Janauari. Esse povoado naquele mesmo ano foi transferido com o mesmo nome para outra margem e à montante, local da atual Santa Isabel do Rio Negro, conhecida antes disso como Uatauari. Tanto este como outros locais no rio Negro abaixo e acima passaram a receber levas de indígenas descidos de afluentes da parte alta, dos rios Uaupés, Içana, do canal Cassiquiari e até mesmo da calha do Japurá.

Com a criação da Província do Amazonas em 1850, com sede em Manaus, é retomado o sistema do Diretório, com estabelecimento de missões mais adentro dos rios. À frente estava o "diretor dos índios" com funções de atrair grupos mais afastados para as margens de onde seriam transferidos para serviços públicos. Na região, este cargo foi usado para benefício



Beiju. 2019.

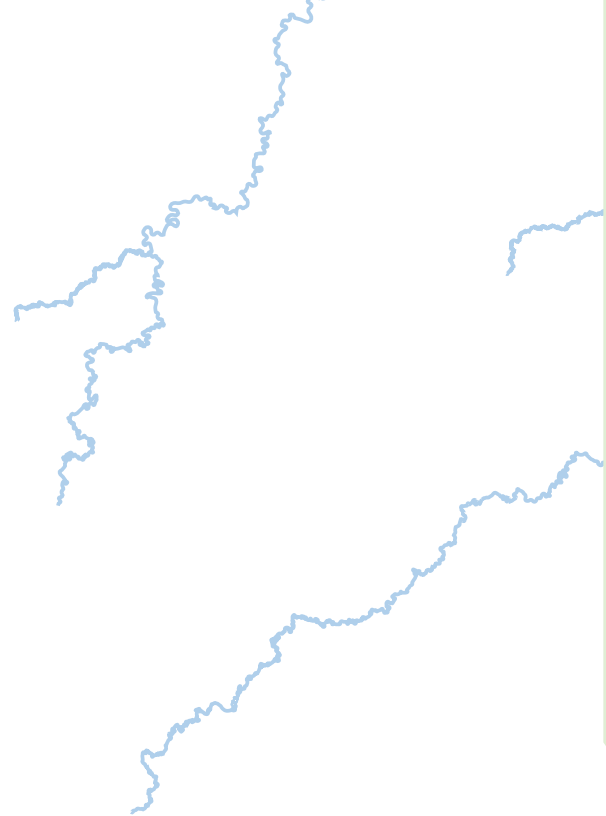
Margem do rio
com queimada, TI
Jurubaxi-Téa. 2016.



próprio, com aval de autoridades e comerciantes, que direcionavam as pessoas para serem exploradas visando o crescente extrativismo de produtos florestais no médio e baixo rio Negro e nas obras da capital.

O extrativismo ganhou força na metade do século XIX e perdurou até o século XX, feito por comerciantes através do sistema de aviamento. Nesse, produtos industriais, ou mercadorias, eram trocados via crédito com altos juros. Ou seja, um sistema de dívida permanente era estabelecido com o adiantamento de artigos como machados, terçados, armas de fogo, tecidos ou roupas, fósforo, sabão, entre outros, em troca de trabalhos voltados à extração de produtos como piaçaba, curauá, breu, puxuri, castanha, peixe salgado; seringa, balata, cipó, pele de animais etc. Isso levou a inúmeras arregimentações de indígenas de afluentes do alto para o médio rio Negro e é a causa da presença na região de muitos grupos do Uaupés, do Içana e do Xié, além dos Baré, do próprio curso e partes baixas de afluentes do médio rio Negro, e dos Nadöb habitantes do Jurubaxi ao Marié.

Tal sistema será impulsionado pela navegação a vapor, que chegará até Santa Isabel, onde a firma J. G. Araújo & Cia manteve uma filial que aviava uma rede de seringalistas no rio Negro até a década de 1950. No período dos extrativistas e regatões muitos indígenas eram levados aos mananciais dos produtos, submetidos a trabalhos compulsórios e desgastantes. É uma época com memórias de padrões violentos, onde tinham que permanecer ou sempre retornar por acúmulo de dívidas criadas por contínuos adiantamentos de mercadoria num sistema de aviamento.



A comunidade começou com os senhores Manoel e Guilherme, que foram os fundadores, e o nome se dá porque na época havia uma árvore muito grande de Jutaí.

Enedina Sipriano (67), Baré, 2022.

Antes, os regatões é que faziam o comércio nos rios, através de trocas por produtos da mata, roça, caça e pesca [...]. As primeiras escolas foram feitas no tempo do padre José Schneider. Isso fez que as comunidades crescessem, mas era feito do jeito que os brancos determinavam. Hoje as comunidades estão reunidas e discutindo como é que querem que seja.

Leôncio Neli Bosco (59), Baré, 2022.

A vida nos ciclos da borracha, nas décadas de 1870 a 1920 e na de 1940, era dividida entre as estações de verão nos rios e grandes ilhas e os meses nos sítios, quando se dedicava aos trabalhos de roça, fabricação de farinha de mandioca para venda ou reserva. Nestes últimos, havia momentos de cultura tradicional, festas de santos, entre outros.

A extração da fibra da piaçaba e do cipó foi intensa na região até a década de 1990, com resquícios da primeira até hoje nos rios Padauari e Darahá. Nos anos de 1980 a 2000 houve ainda a exploração do cardinal, com pesca desta piaba nos afluentes Jurubaxi, Aiuanã, Uneiuxi e Téa, como produto ornamental para o mercado estrangeiro. E nos primeiros anos de 1990 a região se viu invadida pelo garimpo ilegal, que se iniciou no rio Cauaburi e depois se estendeu com centenas de balsas desde a Ilha Grande à foz do Marié, com impactos sociais em Santa Isabel do Rio Negro, comunidades e sítios, além do impacto ambiental.

Desde as alternadas missões carmelitas na segunda metade do século XVIII, não houve presença efetiva da



igreja no médio rio Negro. A missão salesiana foi instalada em Santa Isabel em 1942. Os salesianos foram sistemáticos, com educação escolar e catequese em internatos masculino e feminino de adolescentes e jovens, ambulatorios e hospital, oficinas, campus de agropecuária, estância de venda de mercadoria, visita aos povoados, entre outros. A atuação missionária, com fomento do governo, teve o intuito da cristianização e da integração de nós povos indígenas ao Estado brasileiro; inibiu o jugo dos patrões e retirou deles a total dependência na aquisição de bens industriais. Fez da escolarização uma missão, perseguiu e combateu as nossas línguas e costumes.

Na década de 1960, muitos locais foram organizados em comunidades, com escolinhas de ensino infantil e postos de saúde. Internatos escolares menores foram instalados em São Francisco, no baixo Jurubaxi, e em Santa Bárbara e Tauari, na foz e no médio Uneiuxi. O sistema de internatos perdurou na região até a década de 1980, com estas políticas de educação, e de saúde, sendo endossadas e financiadas via prefeituras municipais.



Grupo realiza um exercício de mapeamento durante encontro sobre ordenamento de pesca do médio rio Negro, Santa Isabel do Rio Negro. 2017.

Paisagem na Área de Proteção Ambiental Tapuruquara, médio rio Negro. 2019.

Nos últimos anos, seguimentos de igrejas evangélicas também se fizeram presentes no território, mais especificamente no rio Jurubaxi e em alguns sítios na margem direita do Paraná do Uneiuxi e na Ilha Grande.

Atualmente, na Terra Indígena Jurubaxi-Téa, as línguas indígenas com mais falantes são o nheengatu e o baniwa. Os Baré destacam-se significativamente, representando pouco mais de 50% da população. Seus representantes mais velhos falam a língua nheengatu além do português, enquanto a nova geração somente entende parcialmente a primeira. A maior parte dos indivíduos desse contingente afirma ter nascido na própria comunidade ou alguma localidade dentro da própria área da Terra Indígena. Embora alguns homens mais velhos

dizem ter vivido quando jovens em outros locais do rio Negro para trabalhos de extrativismo, escolarização, serviço militar e outros, retornando depois para o local ou rio de nascimento, aonde constituíram família. Somente uma pequena parte diz ter nascido no curso do médio ao alto rio Negro entre os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

Em algumas comunidades, os Baré vivem conjuntamente com outros grupos de população expressiva. Como, por exemplo, em Tabocal do Uneiuxi e Acariquara, em que estão representados Nadëb e Baniwa, respectivamente.

Na região as relações interétnicas se dão principalmente a partir de negociações de áreas para moradia, trechos para agricultura e pescaria e também em uniões matrimoniais. Há, no entanto, a exceção dos Nadëb que praticam uma maior mobilidade de moradia durante o tempo, mantendo, portanto, uma característica peculiar. Algumas famílias moram na comunidade Tabocal do Uneiuxi, mas viajam e passam períodos junto de parentes no alto rio, nas regiões da comunidade Roçado e, ainda, para o lado da bacia do Japurá.

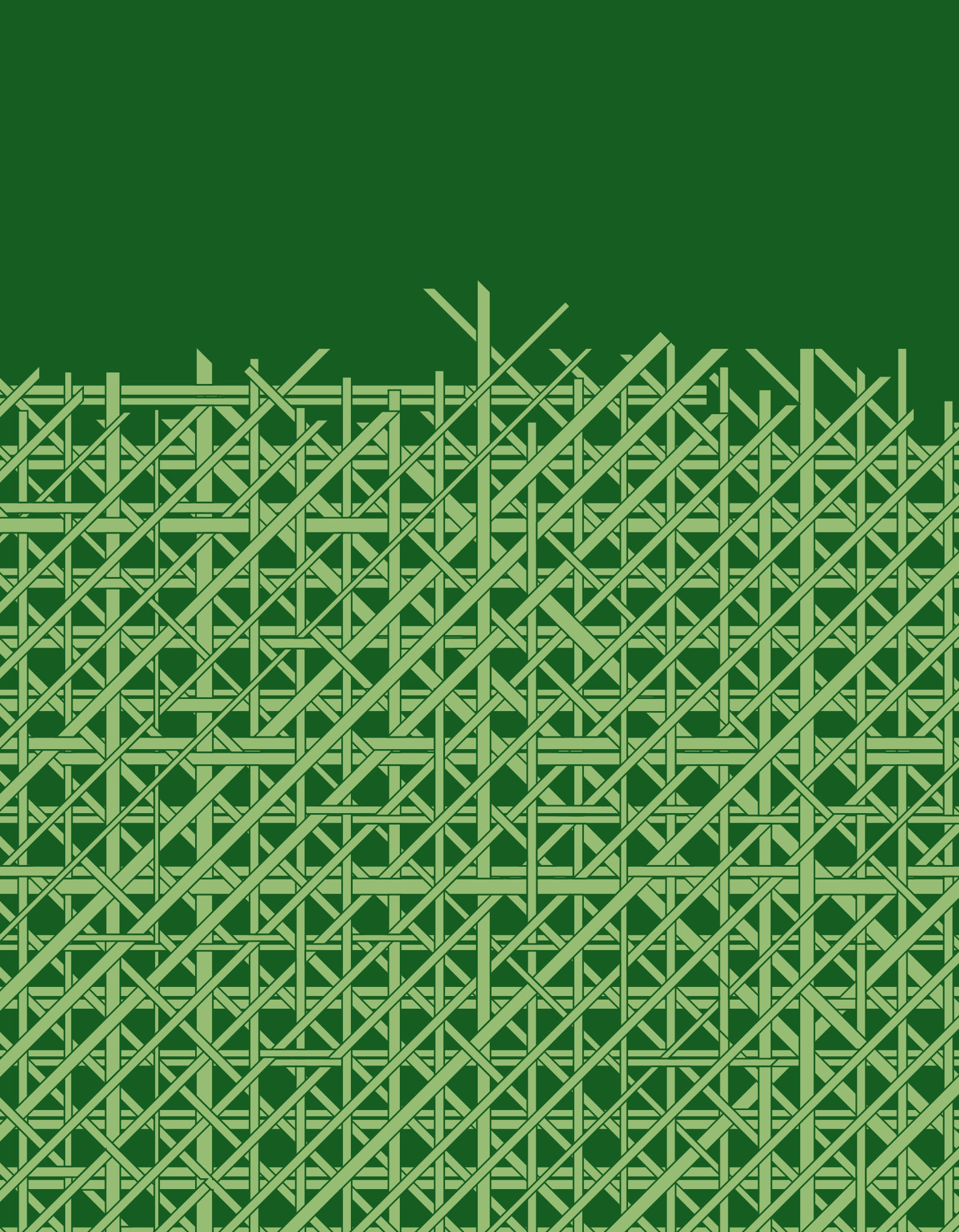
Os Baniwa e Koripako da comunidade de Acariquara chegaram na região principalmente nas duas últimas décadas; os Baniwa da comunidade Tauari, na última década; e os Baniwa da comunidade Perseverança, nos últimos anos. Tais famílias vieram da bacia do Içana, na Terra Indígena Alto Rio Negro. A maioria das famílias Tukano, Desana, Piratapuya, Arapaso, Tariana e outros de origem da bacia do Uaupés, chegaram ou tiveram pais que chegaram na década de 1940 em diante e, dentro da área em que está a Terra Indígena Jurubaxi-Téa, são os grupos que decresceram em contingente

nas últimas décadas, devido ao declínio do extrativismo nos rios e ao fim do internato para os filhos, quando passaram a se deslocar com toda família para as cidades do rio Negro. Deve-se frisar que deste e outros contextos, comprova-se a ocorrência da reversão de comunidade à condição de sítio nos últimos tempos, como é o caso de Tabocal do Téa, São João, Santa Bárbara (da Ilha Grande), Monte Alegre, Bacuri e Nazaré do Uneiuxi, por exemplo.

Há ainda na TI famílias que se autodenominam Tikuna de origem do Solimões e que chegaram no Jurubaxi nos anos 2000.

Deste complexo processo vem a dinâmica dos locais habitados na região. As comunidades e sítios estão em terrenos estratégicos tanto para a construção das casas como para a oferta de áreas para roças e pescaria e configuram moradas permanentes ou alternadas. No entanto, à diferença dos sítios, as comunidades, devido ao número de famílias com crianças em idade escolar, são reconhecidas pelas prefeituras municipais como tais e, ao menos em princípio, contam com políticas públicas básicas, como infraestrutura de escola, posto de saúde e centro social comunitário.

Nas últimas décadas, frente às ameaças externas, as comunidades mobilizaram-se politicamente junto ao movimento indígena regional e, via ACIMRN, CAIMBRN e FOIRN, reivindicaram a demarcação da Terra Indígena Jurubaxi-Téa e aguardam sua conclusão via homologação. Além das políticas básicas do Estado, as comunidades buscam alternativas de geração de renda, manejo e governança do território a partir de interações das instituições indígenas com setores da sociedade civil, governos e outros.



IV PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PGTA

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Jurubaxi-Téa resulta de um amplo processo de mobilização, levantamento de informações, encontros de formação, oficinas e consultas, grupos de trabalho (GTs), reuniões interinstitucionais e outras socializações e debates sobre gestão territorial. As comunidades indígenas deste território também já vinham de experiências que aportaram lições aprendidas, informações e orientações.

Importante destacar que a elaboração de PGTAs ocorreu anteriormente em outras sete Terras Indígenas na região⁵, a saber: Alto Rio Negro, Rio Apapóris, Balaio, Cué-Cué Marabitanas, Rio Téa, Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II e que serviram para pensar a elaboração nas demais, as TIs Jurubaxi-Téa e Uneiuxi. Na região foram ainda elaborados PGTAs de acordo com as abrangências das Coordenadorias Regionais da FOIRN, fortalecendo o modelo de governança local.

As instituições que conduziram a elaboração foram a FOIRN, a Coordenação Regional do Rio Negro da FUNAI e o Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA), em uma parceria iniciada em 2014 e reforçada por um Acordo de Cooperação Técnica

5 Ver boletins Governança e Bem Viver Indígena: Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro (FOIRN, FUNAI & ISA 2016-2018) em <https://foirn.org.br/governanca-territorial-e-ambiental/>; e Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro (FOIRN 2019) em <https://pgtas.foirn.org.br/>

(ACT). Conjuntamente, uma rede de pesquisadores e lideranças indígenas foi responsável pela articulação com as comunidades, levantamento socioambiental, discussões em grupo de trabalho e validação em oficinas e assembleias. Destacamos alguns momentos para este Plano de Gestão.

Em 2015, foram realizadas oficinas inaugurais em que se fizeram exercícios de diagnósticos sobre os principais problemas existentes, etnomapeamento, atualização de bases cartográficas, produção local, história de ocupação e territorialidades tradicionais, modos de governança, descrição de fauna e flora, censo demográfico e étnico e definição de temas prioritários para a elaboração dos PGTA's das Terras Indígenas da região para os anos seguintes. Na CAIMBRN, a oficina ocorreu em outubro de 2015, em Santa Isabel, e contou com a participação de representantes das prefeituras e câmaras municipais de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. A partir das diferentes experiências de manejo, fiscalização, educação e alternativas econômicas para geração de renda, as lideranças definiram temas prioritários e iniciativas a discutir e aprofundar dentro de suas realidades. Entre esses temas, estavam: educação, saúde, cultura, infraestrutura das comunidades, manejo de recursos naturais, geração de renda, turismo, governança e fiscalização.

Em agosto de 2018, na comunidade Açaituba, no município de Santa Isabel do Rio Negro, aconteceu a VIII Assembleia Ordinária Regional da CAIMBRN – Oficina de Validação dos PGTA's e Fortalecimento dos Direitos dos Povos Indígenas. Nesta, foram

apresentadas experiências de elaboração dos PGTA's que já vinham ocorrendo nas Terras Indígenas da região e organizados grupos de trabalho por associação de base com seus delegados e representantes para discutir, revisar e apresentar a elaboração ou iniciar a discussão do PGTA em cada Terra Indígena.

Nesta discussão estavam a TI Uneiuxi e a TI Jurubaxi-Téa, ambos territórios vizinhos e representados pela ACIMRN, para os quais havia diálogos em comum para o início de construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental.

Como delegados da região de abrangência da ACIMRN, reuniram-se representantes das comunidades Acariquara, São Francisco, Tabocal do Uneiuxi, Tauari, Roçado, Matozinho, Açaituba, Samaúma, Espírito Santo, Ilha de Nazaré, Baunilha, Umaitá, Iahá e Tapereira. Era a oficina inaugural, portanto, a primeira vez que se discutia o PGTA com representantes dessas comunidades de maneira mais ampla. Assim, o grupo teve esclarecimentos, relatos de experiências de outras terras da região, falas de lideranças e de assessores, uso de subsídios, conversas e escuta acerca de suas realidades locais. Além do foco sobre gestão territorial, os participantes traçaram um panorama inicial de suas comunidades e registraram problemas e potenciais que compõem este documento.

Ao todo, as atividades de consulta e levantamento socioambiental, com entrevistas, nas comunidades e sítios da TI Jurubaxi-Téa realizaram-se em duas etapas diferentes e geraram os dados para a construção deste Plano.

Refeição na comunidade Acariquara, Jurubaxi-Têa – primeiro à direita o senhor José Augusto Fonseca, Arapaso, líder e um dos fundadores do movimento indígena na região. S/d.

Senhora Ângela Venâncio, da etnia Tukano, fazendo beiju. Sítio Bacuri, Rio Têa. 2021.



A oficina inaugural nos dias 14 a 17 de agosto de 2018 na comunidade Açaituba (ver acima) foi seguida por reuniões e oficinas nas comunidades e levantamentos nos rios Jurubaxi, Uneiuxi, Téa e Paraná do Uneiuxi, em fim de agosto a início de outubro de 2018. A segunda oficina geral foi realizada nos dias 13 a 16 de outubro de 2022 na comunidade de Acariquara, o que seguiu com levantamentos na Ilha Grande no início de novembro do mesmo ano.

A oficina geral marcou um momento importante de retomada da construção deste PGTA, reunindo representantes das comunidades e sítios e coordenadores da ACIMRN e CAIMBRN para a validação das informações do levantamento até então coletadas e detalhamento dos tópicos temáticos de forma mais profunda e sistemática. Assim, foram acrescidos, discutidos e analisados, por grupos de trabalhos divididos por áreas de rios e em conjunto, temas considerados de maior importância para a realidade da Terra Indígena, como:

Território; Cultura; Educação; Saúde; Manejo dos Recursos Naturais; Geração de Renda; Infraestrutura e Saneamento; Governança; Turismo e Fiscalização, Mulheres e Jovens; e Comunicação.

Na mesma oficina foi estabelecido um grupo de trabalho para o prosseguimento e combinado o levantamento a se fazer das comunidades e sítios que restavam.

O levantamento foi realizado por pesquisadores indígenas previamente treinados através de quatro formulários (comunitário, familiar, fotográfico e censitário) via





Ex-presidentes da ACIMRN - no primeiro plano o senhor José Augusto Fonseca, Arapaso; no segundo plano à esquerda a senhora Francisca Sampaio, Tukano; e à direita a senhora Sandra Gomes, Baré. S/d.

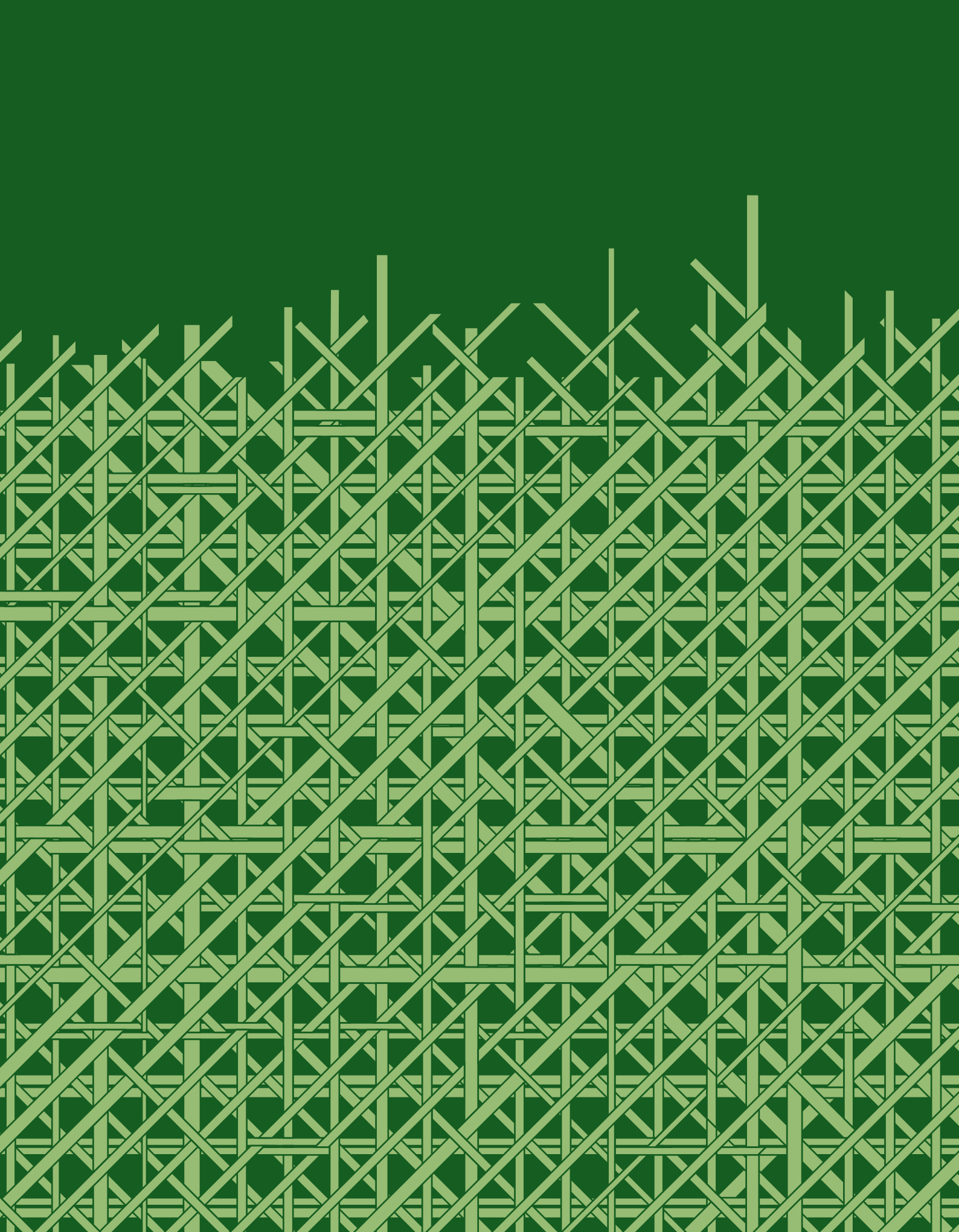
Open Data Kit (ODK) ou impressos, com perguntas voltadas a levantar dados socioeconômicos, de infraestrutura, avaliação da população sobre segurança alimentar e atendimento de serviços públicos, em especial, de saúde e educação.

Em geral, as famílias foram convocadas previamente pelos capitães das comunidades, o que garantiu maior participação nas entrevistas comunitárias, e depois, tanto nas comunidades como nos sítios, os pesquisadores seguiram em cada casa para a entrevista familiar. Dados mais específicos de saúde pública e educação escolar foram levantados junto aos agentes de saúde indígena e professores das comunidades. O censo populacional também foi feito a partir dos dados disponibilizados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (DSEI-ARN) via agentes de saúde indígena ou, na falta desses, feitos localmente, registrando idade, gênero, etnia, nascimentos e óbitos.

Outros acordos e organização de etapas de trabalho entre os representantes das instituições envolvidas foram estabelecidos entre dezembro de 2022 a março de 2023. Sistematizadas as informações e tendo a primeira versão do Plano, o grupo de trabalho, formado por lideranças das comunidades e coordenadores da ACIMRN e CAIMBRN, se reuniu em uma oficina de validação no dia 25 de maio de 2023, em Santa Isabel, para análise, últimas sugestões e validação dos resultados da consulta e da versão final deste documento.

Vale dizer que a construção deste Plano de Gestão é fruto de uma ação coletiva na qual comunidades, lideranças, instituições e todos que participaram são seus principais atores. Um processo que buscou a participação e voz de homens, mulheres, jovens, adultos e anciões, com momentos de maior concentração (oficinas inaugural, geral e de validação e as consultas), momentos comunitários e familiares (levantamento socioambiental, com conversas e entrevistas) e de reuniões entre as lideranças e representantes das instituições envolvidas.

A fim de registrar a presença nas etapas de decisão, início e retomada, planejamento e concentração é significativo destacar a atuação da diretoria da ACIMRN e da coordenação da CAIMBRN em mobilizar as comunidades e sítios da TI.



V RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Nesta seção estão descritos os resultados do levantamento socioambiental que incluem o censo, as entrevistas com as comunidades e com as famílias.

1. Censo populacional

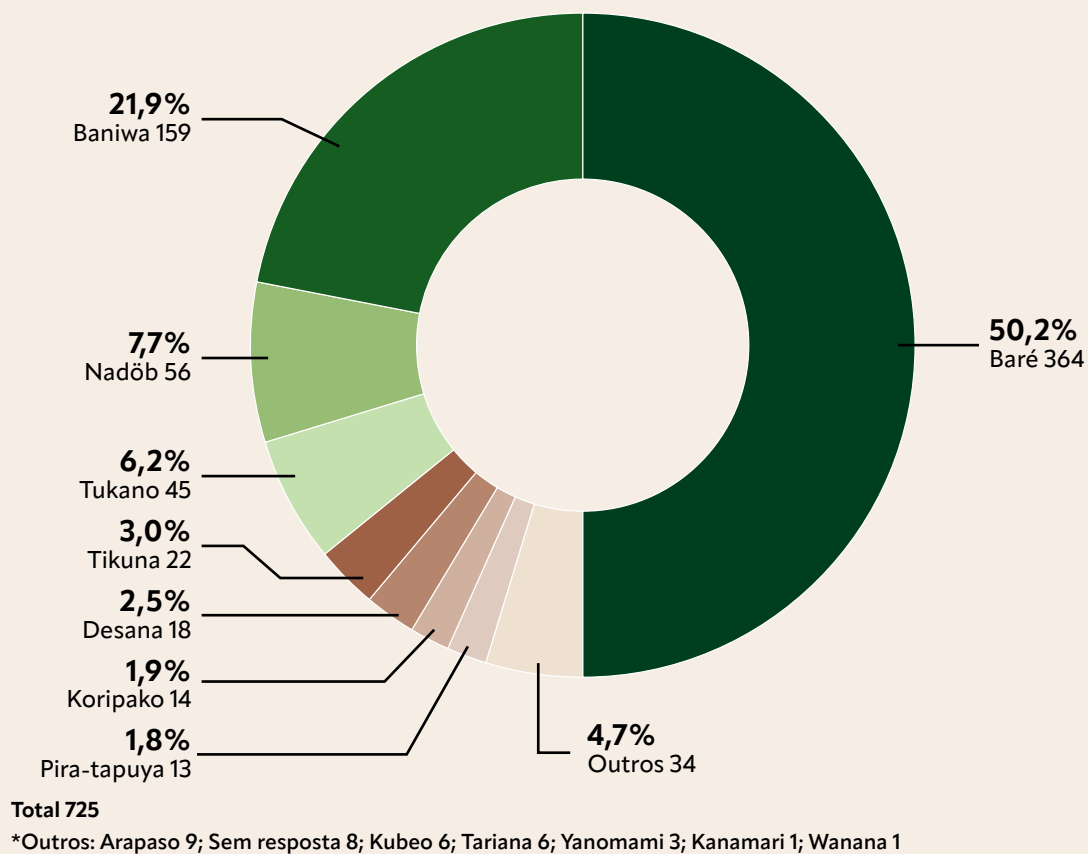
Na TI Jurubaxi-Téa há **sete comunidades**: Jutaí, Perseverança, Matozinho, São Francisco, Acariquara, Tabocal do Uneiuxi e Tauari e cerca de **quarenta sítios**. Em seis destes sítios não houve informação de moradores. Ademais a quantia não revela o número total de sítios, pois há lugares (cerca de meia dezena) em que não se pôde chegar, além de locais de moradias temporárias e de barracas para trabalhos de roça.

O levantamento socioambiental apurou **181 famílias** e **725 pessoas** residentes na TI Jurubaxi-Téa, 391 do gênero masculino e 334 do gênero feminino. Desse conjunto, 120 famílias e 522 pessoas moram nas comunidades e 61 famílias e 203 pessoas moram nos sítios.

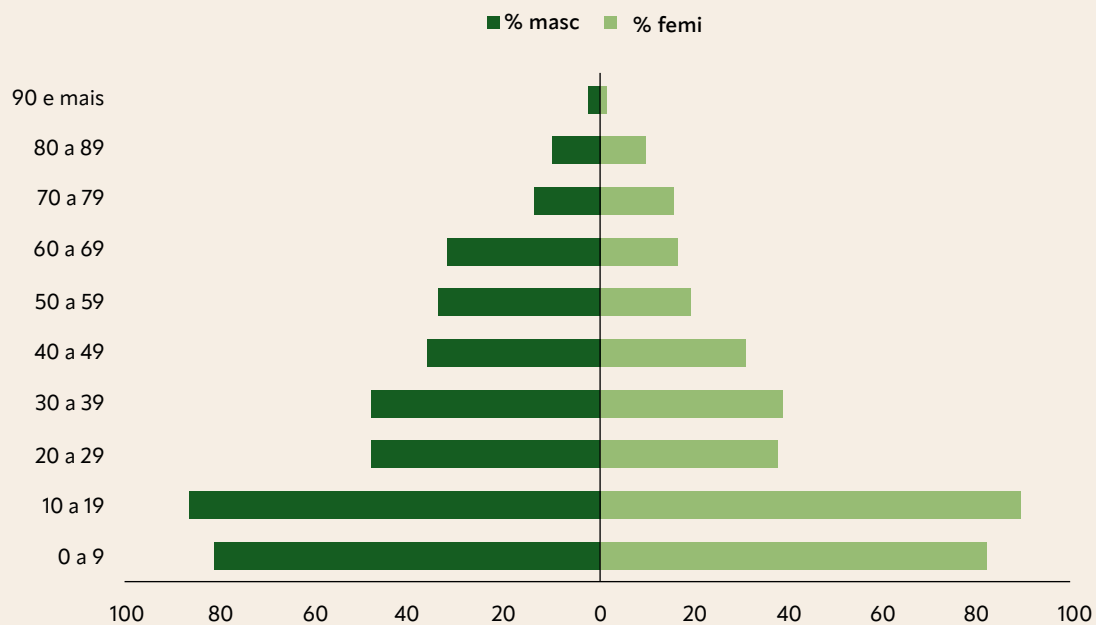
Em relação às etnias, a população **Baré** conta com pouco mais da metade, seguida por **Baniwa** e **Nadëb**⁶. Abaixo está a composição étnica, com quantia de indivíduos e porcentagem, e a seguir o perfil etário

⁶ Ver comunidades e sítios, com respectivas etnias e número de indivíduos no fim deste documento

TI JURUBAXI-TÉA - ETNIAS
Levantamento socioambiental FOIRN & ISA 2017/18



PERFIL ETÁRIO



2. Entrevistas com as comunidades

MIGRAÇÃO E MOBILIDADE

Referente à migração, o levantamento contabilizou que, nos **últimos dez anos, 20 famílias se mudaram para as comunidades da TI Jurubaxi-Téa**, o que indica que o movimento ocorre também para dentro do território. Num sentido contrário, se apurou que **13 famílias saíram das comunidades para outros lugares**. Entre estas, estão mobilidades na própria região, como: para comunidades diferentes (2 casos) ou retorno para comunidades de origem (2 casos) na mesma TI Jurubaxi-Téa ou, ainda, para local de outra Terra Indígena (1 caso), o que representa em parte o tipo de dinâmica dos próprios grupos indígenas da região; mas também um movimento de saída para centros urbanos, como: Manaus (2 casos) e sedes de Barcelos (1 caso), Santa Isabel do Rio Negro (3 casos) e São Gabriel da Cachoeira (3 casos). Ainda que as razões de migração combinem uma série de fatores, entre os **principais motivos de mudança** foram indicados:

educação escolar, oportunidade de geração de renda, problemas de saúde e morar com parentes.

Importante considerar que a mudança para as cidades nem sempre é definitiva, por vezes há um retorno para as comunidades de origem, em curto ou longo prazo. De outra parte, algumas famílias apresentam multilocalidade, com alternância entre a comunidade ou sítio e Santa Isabel, o centro urbano mais próximo. No entanto, a maior parte das famílias faz algum tipo de viagem até a cidade, principalmente em datas que retira o salário, a aposentadoria, a bolsa família, para acesso a outras políticas, compras e eleições – a comunidade São Francisco e sítios em margens à direita dos rios Jurubaxi e Negro abaixo na TI fazem parte do município de Barcelos, entretanto, a totalidade de seus moradores dirige-se à Santa Isabel para essas questões. E há famílias com filhos/as morando em algum centro urbano, por motivos de estudo, trabalho ou casamento e podem trocar visitas, principalmente em férias.

RELIGIÃO

O levantamento contabilizou 110 famílias católicas e 56 famílias evangélicas. Importante notar que as manifestações cristãs, apesar de originadas em contextos não indígenas, fazem parte do modo de vida e rotina das famílias indígenas através de traduções locais, da realização de eventos como festas de santo ou conferências e ceias evangélicas e da convivência com conhecimentos dos antigos, com especialistas e rituais tradicionais.





Aturá, cesto cargueiro,
na TI Jurubaxi-Téa. 2018.

Mulheres voltam da roça
com cestos de
mandioca, no médio
rio Negro. 2022.

ESPECIALISTAS E PRÁTICAS RITUAIS

As famílias reconheceram 10 benzedores atuantes no território. Destes, oito estão distribuídos em cinco comunidades e dois em sítios. Os especialistas rituais de cura comumente distinguem-se em seus conhecimentos, mas aqui todos estes estão somados na categoria de benzedores. A busca e o exercício de benzimentos para diversas situações – gestação, nascimento, rito de puberdade feminina, proteção, cura de doenças, morte etc. – é uma realidade constante no território, podendo haver procura de seus especialistas em outra localidade, na cidade e mesmo em áreas mais distantes da região. Embora não levantado, reconhece-se igualmente a figura de parteiras, mulheres com experiência nos cuidados com gestação e parto natural. Nos últimos tempos, embora se tenha feito o pré-natal e parto com acompanhamento de profissionais da saúde pública, que pode ocorrer em hospital na cidade, as parteiras ainda são procuradas e confiadas em seus exercícios nas comunidades. Além disso, entre as famílias existe um grande conhecimento de métodos e medicamentos naturais nos cuidados e curas de doenças. O uso de remédios caseiros a partir de plantas é um exemplo.

Por outro lado, festas e danças tradicionais foram registradas em três comunidades. Entre elas, estão o dabucuri e danças de cariçu, mawaku e yapurutu. As festas tradicionais foram ditas que mantêm atualizada a memória da cultura, mobilizam as famílias com ações, como preparo de produtos da roça, colheita de frutos da mata, pesca, caça, entre outras funções. Todo esse conjunto acima é considerado essencial para a proteção, saúde e bem estar das pessoas e do território.

EDUCAÇÃO

Sobre ensino escolar, o levantamento contabilizou que, das sete comunidades, 6 possuem presença de ensino escolar e uma tem estudantes que se deslocam à sede de Santa Isabel do Rio Negro. Os dados das primeiras somaram 184 alunos⁷. Os ensinos são ofertados pelas Secretarias Municipais de Educação (SEMED) e Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC), neste caso via mediação tecnológica.

Número de alunos cursando ensino fundamental I, ensino fundamental II, ensino médio e ensino de jovens e adultos (EJA), dentro (com) e fora das comunidades de origem

Comunidade	Fundamental I		Fundamental II		Médio		EJA	
	com	fora	com	fora	com	fora	com	fora
Acariquara	17		16		16		8	
S. Francisco	16		9			4		
Tabocal	21	1	23		13	1	14	
Tauari	5			2				
Perseverança	9		9					
Jutaí								
Matozinho								
Total	68	1	57	2	29	5	22	

⁷ Não houve contagem dos números da escola de Matozinho. Os alunos de Jutaí são os que se deslocam para a sede de Santa Isabel do Rio Negro.

A situação escolar apresenta problemas referentes à qualidade de ensino, alimentação, manutenção das estruturas e continuidade dos estudos. Nenhuma das escolas possui Projeto Político Pedagógico Indígena (PPPI), instrumento central da escola para estabelecer suas diretrizes, metodologias e responsabilidades elaboradas a partir das realidades e expectativas das comunidades.

Das comunidades com presença de escola, 4 têm estruturas físicas de escolas que foram construídas pelo governo, enquanto em 2 comunidades estruturas físicas não existem – os ensinos se improvisam em barracas –, sendo que em uma destas as séries iniciais estão como anexas de escola da comunidade mais próxima. O limite de séries escolares com pequeno número de alunos ameaça a continuidade da oferta do ensino, em maior grau em certas comunidades, com incerteza a cada ano. E referente a um tema que envolve segurança alimentar e sistema agrícola do rio Negro, o levantamento apontou que nenhuma escola acessa o programa para a merenda regionalizada (PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar), ou possui qualquer iniciativa nesse sentido.

O levantamento registrou 3 pessoas cursando o ensino superior, em cursos da Faculdade de Ensino Superior Pelegrino Cipriani (FASPEC, em modalidade EAD), da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), este último na Licenciatura em Nheengatu; e 6 pessoas que já concluíram o ensino superior, todas em licenciaturas, nos cursos Proformar, Educação Física, Artes Visuais e Matemática da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e do Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Destas, cinco atuam trabalhando como professores pelas secretarias de educação nas próprias comunidades. Ademais, o quadro de professores nas comunidades é completo por indivíduos externos, destacados pelas secretarias de educação.



Grupos de trabalho na oficina geral de construção do PGTA da TI Jurubaxi-Téa na comunidade Acariquara, Jurubaxi. 2022.

Oficina de ordenamento pesqueiro na TI Jurubaxi-Téa. 2017.

Apesar da formação de professores em cursos de licenciatura e temática diferenciada, que vêm ocorrendo nos últimos anos, nas oficinas para elaboração deste PGTA foi apontado que para a qualidade do ensino escolar acontecer na região é necessária uma série de medidas coordenadas, entre os níveis de governo, as instituições de ensino e os educadores especializados, junto com as comunidades e suas representações.

COMUNICAÇÃO E ENERGIA

Para toda a área foi levantado que há 2 localidades com radiofonia, 2 localidades com orelhão comunitário e 2 localidades com ponto de internet wi-fi. E em relação à fonte de energia, o levantamento contou 6 motores de luz comunitários, sendo que quatro destes se encontravam quebrados. Em todos os casos, para o funcionamento dos geradores se disse que as famílias contribuem com a compra do diesel, mas em eventos pode haver contribuições externas. Para aulas escolares noturnas é repassada uma quantia de diesel por parte da SEDUC. Também foram registrados 47 geradores e 1 fonte solar de uso familiar entre as comunidades e sítios.

ÁGUA POTÁVEL

Sobre o abastecimento de água, se levantou que tanto nas comunidades como nos sítios a principal fonte é o rio, em 23 casos, seguida da chuva, em 6 casos. Foi



registrada 1 localidade com poço artesiano.

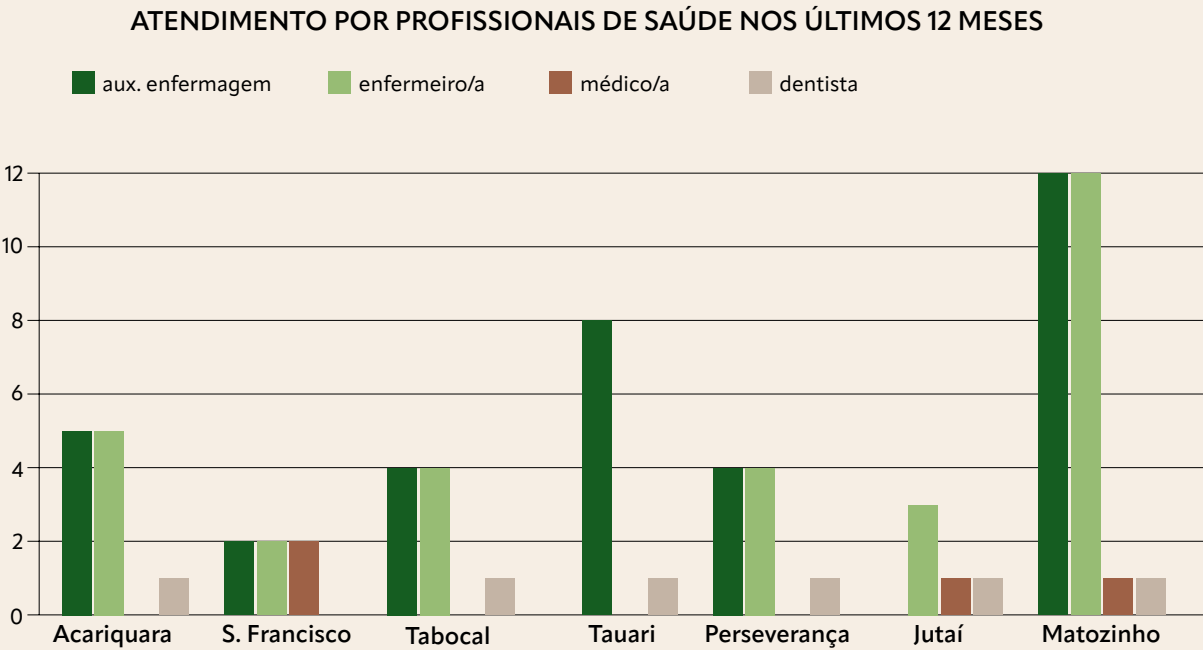
A captação da água da chuva para uma caixa d'água é um projeto do governo do estado a alguns anos, mas não contempla todas as famílias e para muitas casas em que foram instaladas já estão quebradas.

MANEJO DO LIXO

Acerca do lixo, 6 comunidades e 3 sítios apontaram haver problemas na localidade devido ao acúmulo de lixo. Ao destino do lixo, para toda a área foi registrada a seguinte frequência de casos: 26 localidades queimam, 17 enterram, 6 reaproveitam, 6 não têm destino, 5 depositam na lixeira e 2 jogam no rio. Nos diferentes locais se apontou de um até quatro dos destinos. Em duas comunidades se constatou que existem buracos afastados e preparados para receber o lixo e que depois, quando cheio, será enterrado. As pilhas e baterias usadas geralmente são queimadas, enterradas, depositadas nas lixeiras ou nos buracos, jogados na água ou não possuem destino organizado – materiais estes que possuem alto potencial tóxico. Os plásticos, latarias e papéis são queimados, enterrados, depositados nas lixeiras ou nos buracos ou não possuem destino organizado. Deve-se dizer que nem sempre pilhas, plásticos e latas são entendidos como possuindo naturezas diferentes e riscos, por isso os grupos nas oficinas apontaram a necessidade de melhor debate sobre o destino do lixo e socialização dessas informações.

SAÚDE

Em relação ao atendimento de saúde pública, 2 comunidades o avaliaram como bom e 5 como regular. Nos últimos doze meses até a data do levantamento, a frequência de atendimento por profissionais nas comunidades foi:



O Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (DSEI ARN) atua com três polos na área: em locais à direita do Jurubaxi e Negro, o polo de Tapera; à esquerda do Jurubaxi, o polo de Serrinha; e no Uneiuxi, Téa, Paraná do Uneiuxi e Ilha Grande, o polo de Nazaré.

Nas consultas comunitárias se destacou que as equipes de saúde não possuem ambientes adequados para o atendimento nos locais. Somente duas comunidades possuem posto de saúde, ambos precisando de reforma, enquanto em outras comunidades não há ambiente adequado para os serviços de atendimento que, geralmente, são feitos em salões de centros sociais ou salas de prédios escolares. Apontou-se, ainda, que embora as comunidades possam ter frequência de agentes de saúde, nota-se falta de medicamentos mais básicos.

Nos dois últimos anos até a data do levantamento, houve nas sete comunidades 1 caso de mordida de cobra, 2 casos de acidentes, 173 casos de malária, 28 casos de microfilária e nenhum caso para doença da mulher (câncer de mama, câncer de útero etc.), homicídio ou suicídio. Para os casos de malária e microfilária, em duas comunidades não se soube conferir números exatos, pois tiveram momentos mais acentuados que dificultaram os registros.

Sobre o alcoolismo, das sete comunidades, 2 afirmaram ter problemas com a bebida e 1 disse ter regras ou restrições para seu comércio ou consumo no local. Nos grupos de trabalho nas oficinas se considerou que embora a maior parte das comunidades não

possuam problemas rotineiros, existem locais com maior circulação de bebida, devido ao maior uso do dinheiro e pela facilidade de ir até a cidade nos dias atuais. Por isso, são necessários acordos e regras conforme cada realidade.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Para as sete comunidades, até a data do levantamento, foram contabilizadas 17 pessoas assalariadas; 23 homens e 24 mulheres que recebem o benefício da aposentadoria; 54 famílias beneficiárias da bolsa família (45% do total das famílias das comunidades); e 12 mulheres que acessaram o salário maternidade nos últimos doze meses.

ASSOCIATIVISMO E INICIATIVAS

As comunidades e sítios da TI são articulados pela ACIMRN, associação de base local. Das sete comunidades, 4 apontaram que a maior dificuldade encontrada para esta articulação está na falta de recursos logísticos. Em relação a iniciativas atuais das comunidades junto à associação, 5 das comunidades estão envolvidas em turismo de base comunitária da pesca esportiva.



Meninos se distraem em
flechar na comunidade
Tabocal do Uneixi. 2018.

Professores e alunos ensaiam
apresentação para a semana
da pátria na comunidade
Acariquara. 2018.

Vista do Sítio Bacuri, Téa – no
porto a senhora Ângela Venâncio
Braga, da etnia Tukano. 2018.



3. Entrevistas com as famílias

ROÇA

A roça entre nós tem um alto valor econômico e simbólico. Na TI Jurubaxi-Téa cerca de 90% das famílias possuem roças, sendo que o trabalho a partir da roça é a principal atividade familiar. Este cultivo está baseado no sistema de coivara e tem a mandioca brava, em dezenas de espécies, como produto central. Os principais derivados da mandioca são: farinha, farinha de tapioca, massoca, beiju de massa, beiju de goma, beiju-cica, marapatá, além de goma e tucupi. As folhas da maniva, a planta da mandioca, após muitos dias de fervura, são utilizadas ainda para maniçoba.

Ao lado da mandioca brava, na roça se cultiva também outros produtos com diversas espécies, como: mandioca doce ou macaxeira, banana, abacaxi, cana, cará, uariã, taioba, batata, pimenta, cubiu, remédios etc. Na alimentação a pimenta possui um valor tanto de apreciação como de proteção e é consumida de diversos modos, como: fruto, defumada, jiquitaia (em pó), arubé (molho), no tucupi (molho) e na quinhapira (caldeirada de peixe com pimenta). Além daqueles, alguns cultivos levam mais tempo para crescer e dar frutos e que irão ser aproveitados em tempo que o terreno tiver se tornado capoeira, como: umari, abio, ingá, cucura, açai, bacaba, patauá, pupunha, inajá, tucumã, cupuaçu, castanha etc.

As roças são feitas em épocas propícias do ano, em intervalos de tempo calculados entre a feitura de uma roça e outra, cuidando sempre para nunca faltar. As aberturas das roças, entre junho a agosto, dependendo se em mata virgem ou capoeira antiga, envolvendo o abate da mata baixa e a derrubada da mata alta, são feitas em forma de ajuri (mutirão), o que envolve parentes e cunhados ou toda uma comunidade, ou feitas aos poucos pela família. Após a queima do terreno, entre setembro e fevereiro, se fazem as plantações antes de vir o período mais intenso das chuvas. Dentro de seis meses a um ano, a depender, começam as primeiras colheitas. Desse modo, a maioria das famílias possui roças em diversos estágios, como nova, madura e capoeira. Ter roças nesses três níveis e o seu constante manejo é essencial para o equilíbrio e qualidade da alimentação.

O acesso até as roças é feito por caminhos ao redor das localidades. Na maioria das comunidades, as famílias possuem roças em áreas mais afastadas devido as matas mais próximas terem se tornado capoeiras ou porque são áreas para cultivo de famílias mais antigas. Assim, o tempo de percurso até o local depende. Em alguns casos o trajeto é pelo rio, à outra margem, à jusante ou à montante, o que pode levar cerca de minutos a uma hora de duração.

Além das roças as famílias possuem quintais em volta da casa com inúmeras espécies de fruteiras duradouras,



algumas das quais de mesmas espécies que possuem nas capoeiras e ainda outras que não eram nativas, mas que foram apreciadas pelo gosto e apropriadas ao longo do tempo. Algumas famílias têm canteiros de verduras, geralmente feitos de antigas canoas ou caixotes suspensos, além de pimenteiras, plantas medicinais e ornamentais. Toda essa manifestação forma o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT RN), cujas comunidades da TI Jurubaxi-Téa vivenciam e ajudaram a reconhecer como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)⁸ em 2010.

O comércio dos produtos desse sistema é quase inexistente na área. Entre os que são vendidos em raras ocasiões, aparecem: farinha, farinha de tapioca, goma, pimenta em pó e banana pacovã.

8 Ver dossiê http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie_19__sistema_agricola__web__12jul19.pdf



Praia no
médio rio
Negro. 2019.

COLETA E EXTRATIVISMO

Outra atividade de menor grau está ligada com a coleta ou o extrativismo. A coleta envolve diferentes espécies de frutos, sementes, ervas, raízes, cascas de árvores, ceras e outros, que estão ligados com a alimentação, medicamentos, confecção de instrumentos e demais, entre os quais destacam-se: uixi, umari, ucuqui, tucumã, açaí, bacaba, patauá, castanha, japurá, uacú, cunuri (entre as frutas e sementes comestíveis), puxuri (semente, remédio), cumati (casca de árvore, tinta), sicutá (cera, incenso), remédios (ervas, cascas de árvores e sementes) etc. Da mata são extraídas também madeiras e palhas, para confecção de casas, construção de canoas etc. Entre as madeiras destacam-se: itaúba, louro, acariquara etc.; e entre as palhas: caraná, busú e ubim

(espécies de palmeiras). Já cipós, tucum e arumã são usados na confecção de cestarias, como: aturá, tipiti, cumatá, peneira, urutu (para processamento de mandioca e recipientes) e esteiras. Estes costumam ser trocados nas próprias comunidades ou vendidos sob encomenda na cidade. No entanto, os produtos citados como vendidos, no levantamento, são: açai, castanha, carvão e cipó (este o menos citado).

PESCA

Outro fator cultural e econômico na região está ligado aos peixes. Na área da TI Jurubaxi-Téa, salvo raras exceções, todas as famílias possuem alguém que pesca, tendo que pescar em média duas ou três vezes por semana, sendo que a maioria afirma pescar somente para o próprio consumo e raramente para venda. Nos afluentes, a maioria dos peixes são pretos e lisos, de locais ou que não arribam. Entre os peixes mais pescados na área, estão: tucunaré, acará, privora, jacundá e pira-pucu, nas estações de estiagem e seca do rio; aracu, pacu, mandubé, pirandira, piranha, piraíba, surubim, anujá, daguiru e carauataui, nas estações de maiores chuvas e cheias do rio. O tucunaré e o aracu estão entre os que têm se tornado mais ariscos, diminuído em quantidade e em tamanho nos últimos tempos, vistos, sobretudo, através da modalidade de zagaiaagem às margens dos rios e lagos da região, segundo os próprios pescadores.

Na região existem ainda espécies de quelônios, como a irapuca, o cabeçudo e o mata-matá. A irapuca e o



Merenda no território. 2019.

Buriti. 2019.

Puba de Mandioca. 2019.





Canoas, em
Acariquara,
Jurubaxi. 2018.

cabeçudo são bastante perseguidos nos rios da área e as desovas da primeira são massivamente recolhidas nas campinas e praias. Assim, embora em menor grau, as duas aparecem como espécies de água que também são capturadas. Entretanto, um maior nível dessa ameaça vem de fora, visto que pessoas além do território adentram os rios com fins comerciais.

Com os planos de manejo, para o ordenamento da pesca, foram estabelecidas proibições de pesca em determinados trechos de rios e lagos, junto com a proibição da captura de quelônios e recolha de seus ovos, em vista de revitalizar áreas e preservar as espécies para os anos futuros. Um grande desafio para os moradores da área é assumir com toda responsabilidade esse compromisso e, ainda, controlar ou convencer sobre a boa prática com moradores das áreas vizinhas e da cidade que adentram os rios da região.

Entre as técnicas, apetrechos e iscas, tradicionais e incorporados, destacam-se: caniço, linha de mão, espinhel, estilhadeira (ou espinhelinho), camurim, espera, pulado, currico, pinauaca (anzóis); cacuri, cacuri para cabeçudo, cacuri para piaba e matapi (armadilhas); zagaia, arpão, jaticá, arco e flecha e arpão de mergulho (instrumentos de arremesso); malhadeira, puçá e rapiché (redes); timbó e cunambi (venenos); minhocas da terra e da praia, daracubi (espécie de minhoca), gafanhoto, borboleta, muxiua e jaculeco (espécie de larvas), frutos e sementes, pedaços de peixe ou carne etc. (iscas). O uso de venenos nos dias atuais é mais raro na região.

CAÇA

A caçaria de subsistência ocorre com menor frequência do que a pesca. Mas os animais de caça não deixam de fazer parte da alimentação e do sistema cultural da região. A partir das entrevistas, a maioria das famílias tem alguém que caça. Essa atividade se faz no raio de mata que se volta para a comunidade ou sítio ou nas beiradas de rios e igarapés próximos ou muito distantes. Entre as modalidades de caça, estão: espera de animais nas roças novas e capoeiras; espera em jirau suspenso em locais de antigas capoeiras, matas virgens, beiras de igarapés e lagos, onde há veredas, comedouros, bebedouros e poças de salinidade; abate quando surgem em arredores, beiradas de terras ou nadando; e focagem em descidas de terras firmes, sendo a principal modalidade. Entre os principais animais abatidos, estão: paca, anta, veado, cutia, porco-queixada, porquinho, tatu e macaco-guariba; em menor grau, os pássaros jacu e mutum. Em áreas em que estão situadas as localidades não há tanta oferta de pássaros de abate ou outras espécies de macaco e por isso não são citados. Estes se encontram, porém, mais em cabeceiras de rios e descidas de terras firmes e igapós.

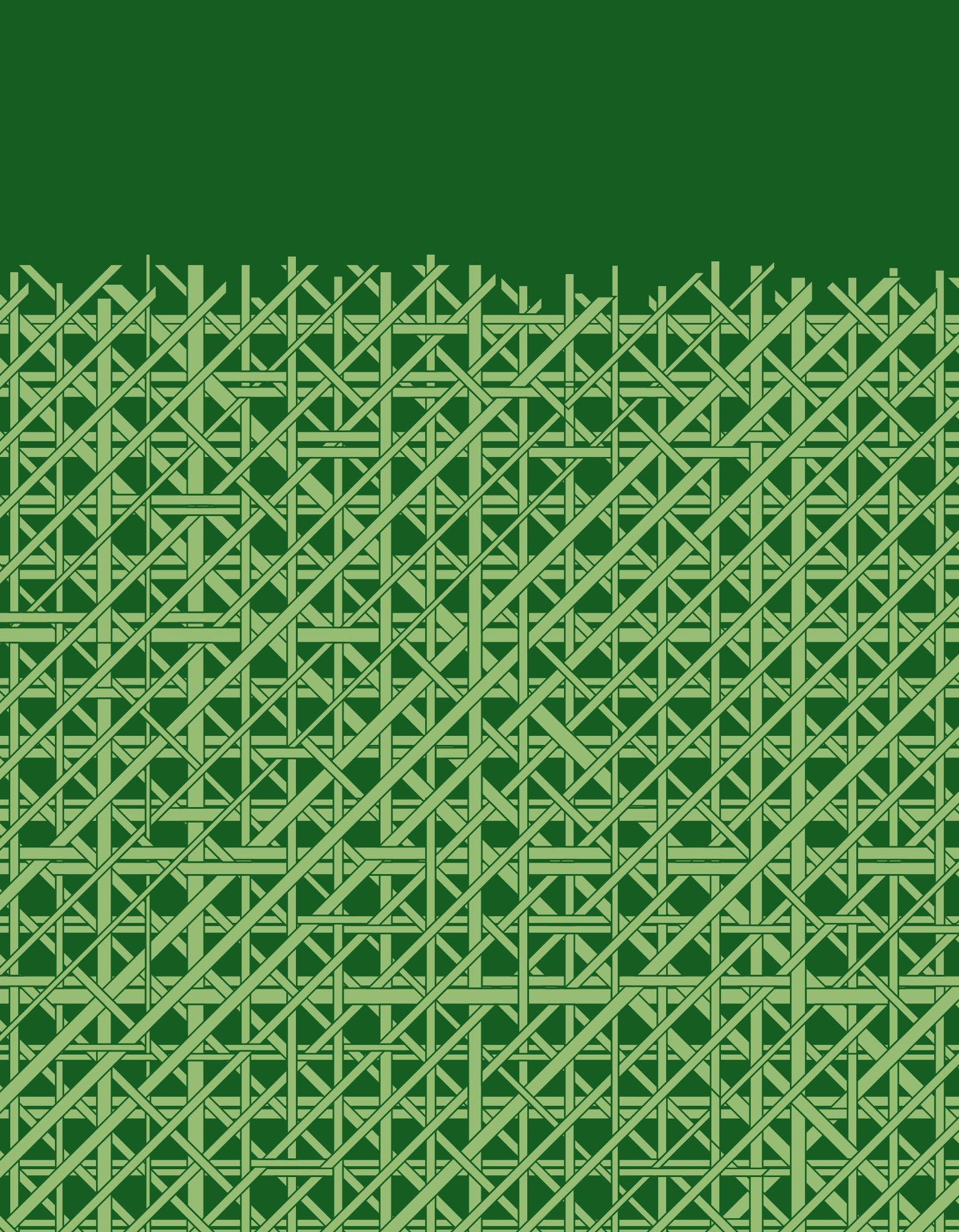
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Em relação a produtos industrializados, comprados na cidade, os itens básicos de maior consumo são, em ordem decrescente: café, açúcar, arroz, sabão, óleo de cozinha, sal e combustível, em grande parte a gasolina.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Na avaliação das famílias sobre alimentação, a maioria respondeu que considera ter uma alimentação boa, uma disse ser razoável e uma família não respondeu à questão.

Entre as famílias que recebem a bolsa família, se apontou que as principais mudanças após a chegada deste benefício foram o melhor apoio aos filhos em idade escolar e maior facilidade na compra de itens básicos de alimentação. Para receber o benefício elas viajam à cidade a cada dois ou três meses, mas há casos em que se viaja todo mês para a cidade.



VI PROPOSTAS E DEMANDAS PARA A GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Os problemas, propostas, potencialidades e responsáveis apresentados abaixo foram levantados e discutidos pela coordenadoria, associação e comunidades da Terra Indígena ao longo das etapas de elaboração do Plano de Gestão descritas acima. As principais questões foram organizadas em oito temas, como prioridades para a gestão territorial e ambiental da Terra Indígena Jurubaxi-Téa.

Para cada um dos temas, tabelas resumidas apresentam a discussão sobre demandas e expectativas (ver siglas no fim deste documento). A maior parte das propostas devem ser planejadas e executadas de forma articulada e participativa, otimizando recursos financeiros e humanos entre responsáveis e agenda de execução.

1 | Território e governança**5 | Educação****2 | Proteção e fiscalização territorial****6 | Saúde****3 | Manejo e iniciativas****7 | Mulheres e jovens****4 | Cultura e salvaguarda****8 | Infraestrutura e comunicação**

1. TERRITÓRIO E GOVERNANÇA

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
1	Finalização das etapas de demarcação da TI Jurubaxi-Téa	Prosseguir com o decreto de homologação e com a implantação dos marcos demarcatórios da TI Jurubaxi-Téa	FUNAI, MJ, MPF, Presidência da República, CAIMBRN/FOIRN e ACIMRN
2	Questionamentos de parte da população dos núcleos urbanos. Entre estes, de políticos, autoridades e empresários, aos direitos e demarcação de terras indígenas	Apoiar discussão e esclarecimento dos direitos indígenas ao território, na Terra Indígena e com a sociedade envolvente da região	FUNAI, CAIMBRN/FOIRN, ACIMRN e Poder Legislativo
3	Audiências públicas como tentativa de intimidar as comunidades e seus representantes e de invalidar a demarcação da Terra Indígena	Investigar qualquer tentativa de intimidação pública e pessoal às comunidades e seus representantes e contrato de agentes duvidosos – incluindo antropólogo à serviço de interesses anti-indígenas e antiambientais não reconhecido e denunciado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), como ocorrido em 2018	FUNAI, MPF, Poderes Judiciário e Legislativo e FOIRN

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
4	Invasão na Terra Indígena, tentativa de intimidação e uso de arma de fogo	Garantir a autonomia dos povos indígenas nas decisões de usufruto do território conforme a Constituição Federal, PGTA e Termos de Referência para a seleção e assentimento para entrada de empresas e outros Tomar medidas legais e realizar a investigação de qualquer invasão na Terra Indígena e ameaça às comunidades e lideranças indígenas – como ocorrido em 2018 por parte de empresário externo de pesca esportiva não autorizado e de policiais em escolta, incluindo uso de arma de fogo. Assim como tomar providências para a proteção das comunidades e seus representantes	FUNAI, IBAMA, Polícia Federal, Exército, MPF, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN e Poderes Judiciário e Legislativo
5	Maior discussão e divulgação dos direitos indígenas	Promover discussão dos direitos indígenas, com elaboração e divulgação de materiais para uso interno nas comunidades Formação de comunicadores e uso de tecnologias e mídias sociais e informativos para promoção dos valores e direitos dos povos indígenas	FUNAI/MPI, CAIMBRN/FOIRN, ACIMRN e Instituições parceiras
6	Garantir a autonomia e decisão dos povos indígenas sobre o próprio território	Envolver as instâncias de governança (lideranças, associações, comunidades, coordenadoria regional e FOIRN) indígena na tomada de decisões	ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, FUNAI, Poder Legislativo e Instituições responsáveis por iniciativas em terras indígenas

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
7	Cumprimento dos direitos indígenas nas políticas públicas governamentais, com consulta aos povos indígenas e participação de seus representantes	Os direitos assegurados na Constituição Federal devem ser respeitados, efetivos e sem retrocessos Criar, manter e aprimorar as instâncias de participação indígena nas agências governamentais	Poderes Judiciário e Legislativo, Prefeitura Municipal, FUNAI/ MPI, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN
8	Parcerias com participação dos povos indígenas e seus representantes de maneira conjunta, envolvendo consulta, planejamento e execução	Projetos com propósitos e metodologia esclarecidos, consentidos e construídos de forma participativa com os povos indígenas Garantir o direito à consulta prévia e seguir o Protocolo de Consulta dos povos indígenas do Rio Negro	Comunidades, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN e Instituições com propósito de atuar na Terra Indígena
9	Conselho de anciãos	Valorizar e motivar conselhos e coletivos de anciãos, homens e mulheres Criar condições e integrar o conselho de anciãos nas instâncias de governança, movimento indígena e conselhos de políticas governamentais Consultar o conselho de anciãos e considerar suas sugestões na elaboração e execução de ações	Comunidades, Poderes Executivo e Legislativo, ACIMRN, CAIMBRN, FOIRN e Instituições governamentais
10	Representação de lideranças jovens	Formação de lideranças jovens das comunidades e da associação de base para representação territorial e regional	Comunidades, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN

2. PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO TERRITORIAL

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
1	Postos permanentes de fiscalização e atendimento à população estruturados e com equipe	Construir postos estratégicos de fiscalização, com treinamento de pessoal e equipamentos adequados Fortalecer e ampliar os postos de projeto já em vigor, com capacitação de pessoal e equipamentos básicos Estabelecer Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI na área para acompanhar ações de fiscalização, com capacitação de pessoal	FUNAI, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN, com participação das comunidades
2	Queimadas das florestas de terras firmes e alagáveis (por acidente ou propósito) Invasões e impactos da pesca comercial, caça de animais, captura e recolha de ovos de quelônios (com uso arrasador de arrastões, malhadeiras, técnica devastadora de mergulho, armadilhas, recolha abusiva etc.) Invasões e coleta irregular e abusiva do puxuri e do açai Invasões e impactos do turismo de pesca não autorizado Ameaça de garimpo ilegal, extração de seixo à beira do território Rotas de narcotráfico através de rios da Terra Indígena, com intimidação e coerção nas comunidades	Monitoramento e fiscalização contínua e permanente das matas, rios e lagos da região Educar sistematicamente para as boas práticas de uso dos recursos naturais, do fogo, destino do lixo, entre as comunidades, a população das cidades regionais e turistas Socializar acordos de uso e restrições nas terras indígenas e áreas de proteção ambiental para a população regional, instituições locais e turistas Combater as formas de extrativismo abusivo, o garimpo ilegal e o narcotráfico no território	IPAAM, INPE, IBAMA, MMA, SEMA, FUNAI, Polícia Federal, Exército, Poder Legislativo, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN, junto com as comunidades

3. MANEJO E INICIATIVAS

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
1	Aprimoramento e definição de acordos para uso de recursos e convivência no território	Fortalecer o usufruto do território e o manejo dos seus recursos Aprimorar regras de acesso e uso do território; e discutir e ampliar em áreas que elas ainda não acontecem Ampliar ou aprimorar a definição de zonas a serem preservadas e manejadas por meio de mapeamento e zoneamento participativo, conforme as necessidades das localidades Respeitar e reconhecer os acordos entre comunidades, associação e lideranças, como instrumentos de gestão participativa	Comunidades, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, FUNAI, IBAMA e ISA
2	Agentes indígenas de proteção e manejo ambiental	Criar ofício de agentes de proteção e manejo ambiental, com formação e garantia de condições, em ações conjuntas definidas para o uso do território Fortalecer para a região o projeto de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs)	FUNAI, IBAMA, MMA, ACIMRN, CAIMBRN, FOIRN, ISA e outras Instituições parceiras

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
3	Turismo de base comunitária	Fortalecer iniciativas de base comunitária a partir do turismo de pesca esportiva, com consentimento livre, prévio e esclarecido, discussão da governança e repartição de benefícios, estudos de impacto, socialização e avaliação dos resultados Realizar consultas, levantamentos dos recursos, atrativos culturais e capacitações para aprimorar e ampliar projetos potenciais de turismo no território, de acordo com a potencialidade de cada comunidade	Comunidades, FUNAI, IBAMA, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, ISA, Institutos de Pesquisa e Empresas parceiras
4	Projetos sustentáveis de exploração dos recursos e geração de renda	Discutir, realizar levantamento e estudos, definir planos e construir projetos de base comunitária e sustentável de exploração de recursos e de geração de renda. Entre elementos potenciais apontados, estão: derivados da mandioca e outros produtos da roça; fibras e cipós, com a arte de cestarias; arte de cerâmicas; sementes, frutos e árvores endêmicas, com potencial para mercado farmacêutico e de cosméticos etc. Criar projetos de manejo de animais protegidos por lei, como: quelônios, peixe boi, pirarucu e outros, em cada afluente da TI Jurubaxi-Téa Discutir projetos de uso sustentável para as comunidades como criação de peixes, quelônios e minhocas	Comunidades, FUNAI, IBAMA, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, ISA, Institutos de Pesquisa, Poder Executivo e Empresas parceiras
5	Iniciativa e espaços de vendas de produtos	Definir iniciativa de venda de produtos e selo de reconhecimento Promover espaço de venda de produtos da mata, da roça e da cultura material no núcleo urbano e intermediar sua venda para fora da região, como alternativa de geração de renda de base comunitária	Comunidades, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, Poder Executivo, SEMCULTE, SEMPA, SEPROR e Empresas parceiras

INICIATIVA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

PROJETO DE PESCA ESPORTIVA

Há mais de duas décadas a pesca esportiva do tucunaré vem atraindo milhares de turistas de todo o mundo para o médio rio Negro. No entanto, sem fiscalização e ordenamento, a atividade gera danos ao meio ambiente e à segurança alimentar das populações locais, com invasões de externos e empresas que exploram a região de maneira predatória e sem consideração à população indígena local e seu território. Nesse contexto, as comunidades indígenas buscaram organizar-se em parceria com órgãos do governo, ONGs e empresas para construir de modo participativo um modelo mais adequado para a regularização do turismo de pesca, que respeite os direitos indígenas e a legislação vigente.

As conversas se iniciaram em 2009, tendo à frente a ACIMRN e FOIRN com acompanhamento do MPF. Parte desse território está sobreposto à APA Tapuruquara. Algumas iniciativas em parceria com o município de Santa Isabel do Rio Negro com vistas ao ordenamento e planejamento do uso dos recursos nessa área tiveram início, mas ficaram sem continuidade. Porém, nos últimos anos uma parceria com a FOIRN, FUNAI, IBAMA e ISA empreendeu um modelo pioneiro de turismo de pesca esportiva sustentável e de base comunitária. A experiência inaugural desse modelo no rio Marié, na TI Médio Rio Negro I, a partir de 2013 trouxe aprendizados

para dar esse passo também nos rios Jurubaxi e Uneiuxi, na TI Jurubaxi-Téa e TI Uneiuxi.

Considerando a Instrução Normativa (IN) da FUNAI nº 03 de 2015 que regulamenta a atividade turística em Terras Indígenas, a ACMIRN e FOIRN convidaram empresas interessadas em estabelecer parceria para operar o turismo de pesca esportiva nas duas Terras Indígenas, apresentando propostas de trabalho dentro das condições expostas nos Termos de Referência (TR) específicos até maio de 2018. Após avaliação e escolha das propostas foi feito acordos com as empresas selecionadas, em que os contratos firmados entre as empresas e os indígenas buscam a equivalência de ganhos. A temporada anual de pesca ocorre entre setembro até meados de fevereiro, nos rios Jurubaxi e Uneiuxi, dentro de compromissos, prazos e trechos estipulados por cada acordo.

A organização dessa modalidade de turismo estabeleceu que a vigilância das áreas seja contínua, realizada de acordo com o plano de manejo aprovado. O monitoramento ambiental deve ser feito anualmente por uma equipe da FUNAI e do IBAMA, acompanhado das lideranças indígenas, com planejamento para cada temporada, que conta com

capacitação de guias de pesca e vigilantes indígenas. Além da pesca esportiva, o ordenamento pesqueiro estabeleceu um plano de manejo que prevê regras de pesca também para as comunidades, buscando a recuperação de áreas já impactadas.

A iniciativa Projeto de Base Comunitária Pesca Esportiva da Terra Indígena Jurubaxi-Téa vem possibilitando benefícios diretos para a população do território, criando acordos e políticas de manejo, proteção e oportunidades de sustentabilidade, com melhoria de infraestrutura para o coletivo e distribuição de renda, de maneira organizada, afastando atividades predatórias e ilegais, sem danos socioambientais, garantido o respeito aos modos de vida e a segurança alimentar para esta e as próximas gerações.

O Projeto da Pesca Esportiva tem um limite de 480 turistas, distribuídos em 20 semanas no máximo de pesca por ano e gerou, por exemplo, na última temporada (2022) aproximadamente R\$800.000,00 em benefícios coletivos para as comunidades e sítios. A governança do projeto ocorre por meio de um conselho gestor que envolve as comunidades associadas, a diretoria da ACIMRN, a FOIRN e as empresas parceiras, Tapacaua, Zaltana e Itayci, nos

rios Jurubaxi e Uneiuxi. O Conselho é responsável pela tomada das decisões, desde a seleção de pessoas para atuar na operação de turismo e na vigilância do território até a prestação de contas dos gastos e investimentos do projeto, incluindo benfeitorias a serem realizadas nas comunidades, assim como a revisão e atualização do Plano de Manejo, a avaliação e renovação de contrato.

A expectativa é que, com a conquista e exercício da autonomia sobre a gestão do território, as comunidades possam se organizar para desenvolver outras iniciativas. Por outro lado, existe ainda o desafio para melhor diálogo com o setor público e empresas, de compreender melhor as iniciativas e, em conjunto com as comunidades, se adequar e comprometer-se com a promoção e o desenvolvimento sustentável da região, respeitando os direitos indígenas.

Esse ordenamento da pesca está em sintonia com a PNGATI, respondendo uma necessidade e comprometido em promover o desenvolvimento regional, fazendo com que um plano de gestão seja implementado, um primeiro passo para a organização do manejo ambiental e territorial, com aprendizados a serem levados em conta para pensar e organizar outras iniciativas de base comunitária dentro do Plano de Gestão.

4. CULTURA E SALVAGUARDA

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
1	Valorização, revitalização e fortalecimento de costumes culturais e línguas tradicionais	Valorizar e promover as manifestações culturais que estão em nossas tradições, incluindo a discussão, a memória, o resgate, o ensino, o registro e o uso como revitalização, no cotidiano, nos eventos, no ensino escolar e como elementos contínuos da vida dos povos indígenas Valorizar e promover as línguas de nossas tradições, incluindo a discussão, o resgate, o ensino, o registro e o uso como revitalização e fortalecimento, no cotidiano, eventos, ensino escolar, escrita e outros	Comunidades, FUNAI, MPI, MINC, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, ISA, Universidades, DSEI, SEMCULTE, SEMED, Poder Executivo, Poder Legislativo e Instituições parceiras
2	Encontros de conhecedores tradicionais e formação de aprendizes	Desenvolver encontros sistemáticos de conhecedores, homens e mulheres da área, para discussões, repasse de conhecimento entre si, estímulo e formação de aprendizes Promover intercâmbios entre conhecedores e aprendizes da TI Jurubaxi-Téa com moradores de outras regiões.	Comunidades, FUNAI, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN e Instituições parceiras
3	Valorização e reconhecimento oficial de conhecedores	Reconhecer oficialmente conhecedores tradicionais (pajés, benzedores, narradores, erveiro/as, parteiras, homens e mulheres de notório saber) de forma certificada e remunerada, por seus saberes e contribuição à sociedade Criar uma rede de parcerias com as instituições públicas de saúde e as universidades para o reconhecimento de conhecedores indígenas tradicionais como doutores honoris causa	Comunidades, FUNAI, MPI, ACIMRN, CAIMBRN, FOIRN, MINC, SEMCULTE, SEMED, SEMSA/SUS, DSEI/SESAI, Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
4	Mapeamento, registro, salvaguarda e publicação de conhecimentos, como tradições orais e de memória, costumes e línguas	Desenvolver projetos junto aos conhecedores e pesquisadores indígenas a fim de registrar e publicar as tradições orais, manifestações culturais e linguísticas, por meio de livros e filmes para uso das comunidades, escolas e instituições parceiras Mapear as línguas indígenas no município e articular o seu reconhecimento oficial, promovendo-as como línguas cooficiais Realizar, junto aos anciães e conhecedores, o etnomapeamento dos locais com histórias Promover o registro e a salvaguarda dos conhecimentos e tradições indígenas da região acerca do território e dos locais de histórias Reconhecer e promover o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT RN) como patrimônio imaterial do município	FUNAI, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, MINC, IPHAN, ISA, Universidades, SEMCULTE, Poderes Legislativo e Executivos e Instituições parceiras
5	Leis municipais, incentivo e promoção das culturas e línguas nas políticas, espaços e eventos	Discutir, definir leis municipais e promover políticas, espaços e eventos de inclusão das culturas e línguas indígenas, junto e com consulta às comunidades e organizações indígenas da região	Comunidades, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário

5. EDUCAÇÃO

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
1 (...)	Educação escolar indígena diferenciada Projeto Político Pedagógico Indígena (PPPI) Merenda regionalizada *** Sobre as escolas de ensino regular, elas devem ser repensadas em favor da educação escolar indígena Além da necessidade de inclusão dos direitos indígenas, elas sofrem a falta de qualidade Nelas inexistem o Projeto Político Pedagógico (PPP), como no caso das escolas da SEMED, e consecutivamente faltam acompanhamentos e a supervisões pedagógicas, incluindo dos planos de aula	Criar o conselho municipal de educação escolar indígena Formar grupo de trabalho (GT) a fim de articular a criação das coordenações de educação escolar indígena junto das secretarias de educação no município Elaborar o PPPI geral da região, em comum acordo com as comunidades, organizações indígenas, professores, especialistas e secretarias de ensino e estabelecer um modelo para guiar os PPPIs das escolas locais Garantir a inclusão das línguas nativas nas escolas indígenas Considerar a história, a cultura, as línguas, os conhecedores, os direitos e os valores dos povos indígenas do Rio Negro como temas, disciplinas e parte da educação escolar das crianças e jovens Estabelecer Assessor/a Pedagógico/a Indígena (API) para a rede de escolas Promover formação de professores com encontros pedagógicos e cursos voltados às escolas indígenas diferenciadas Adquirir e elaborar material pedagógico e didático diferenciado sobre conhecimentos indígenas em geral e da região para as escolas	Comunidades, SEMED, SEDUC, SECADI, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, FUNAI, IDAM, IFAM, UEA e UFAM

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
(...) 1	Elas têm a carência de profissionais, de materiais básicos e de infraestrutura Algumas enfrentam ainda a incerteza da oferta de ensino a cada ano, devido o pequeno número de alunos	Organizar o fornecimento da merenda escolar diferenciada, considerando o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT RN) Implementar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) realizando a compra de produtos agrícolas nas comunidades Usar como referência para os debates e planos de educação escolar os acordos e documentos do Território Etnoeducacional do Rio Negro (TEE RN) Promover a participação de lideranças das comunidades nos conselhos de Educação e de Merenda Escolar, assim como no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	
2	Estrutura e construção das escolas Biblioteca, laboratórios e internet	Consultar as comunidades para o modelo da estrutura física da escola, adequado à região quente e abafada Organizar bibliotecas, com materiais de formação que considere conhecimentos indígenas e não indígenas Criar laboratórios científicos e de informática, com instrutores capacitados, em todas as escolas Instalar sistema de internet em todas as escolas	SEMOB, SEMED, SEDUC, FUNAI, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN, junto com as comunidades

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
3	Contrato de professores, agentes de serviços gerais e merendeiras	Incluir na contratação de professores também pessoas com formação em Magistério Indígena (nível médio), assim como as que estão em cursos de licenciatura (em andamento), priorizando membros locais Capacitar e contratar como agentes de serviços gerais e merendeiras moradores locais	SEMED e SEDUC
4	Ensino de níveis Técnico e Superior	Ofertar cursos de nível técnico e superior de acordo com a realidade e necessidades da região Entre as licenciaturas, ofertar igualmente aquelas voltadas à educação escolar indígena Melhorar para as comunidades a divulgação de vestibulares específicos de entrada nas Universidades Garantir as políticas de ações afirmativas aos indígenas, incluindo o apoio logístico para a realização dos vestibulares	CETAM, IFAM, UEA, UFAM, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN e Universidades

6. SAÚDE

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
1	Valorização dos conhecimentos tradicionais de saúde e seus especialistas Reconhecimento e inserção formal nas políticas públicas de saúde	Desenvolver encontros de especialistas indígenas de saúde (pajés, benzedores, rezador/as, erveiro/as e parteiras) para discussões, partilha de conhecimento, estímulo e formação de aprendizes jovens (ver tema cultura e salvaguarda) Organizar debates acerca dos conhecimentos tradicionais de cuidado, proteção e cura, seus especialistas, sua valorização e inserção conjunta nos planos e políticas públicas de saúde Reconhecer formalmente conhecedores tradicionais, homens e mulheres de notório saber, de maneira certificada e remunerada, incluindo-os/as entre os atendimentos e conselhos da saúde pública (ver tema cultura e salvaguarda) Apoiar as comunidades para a criação de hortos de plantas medicinais de uso tradicional	Comunidades, FUNAI, DSEI/SESAI, SEMSA, MS, SUS, FIOCRUZ, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN e Instituições parceiras

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
2	Qualidade e garantia da política pública de atendimento à saúde São sentidas na região faltas de interação e parceria entre as instituições de saúde municipais e de atendimento à saúde indígena, somadas às faltas de infraestrutura, logística e medicamentos	Melhorar a qualidade de atendimento, combinação de pessoal e recursos na região Atender as necessidades de infraestrutura, logística e medicamentos nas comunidades, incluindo reformas e construção de postos de saúde com equipamentos necessários, aquisição de botes e motores (estrutura de ambulância) e meios de comunicação, como rádio, telefonia e internet Estabelecer e comunicar agenda padronizada considerando as demandas e qualificando as equipes de atendimento Revitalizar os polos base do DSEI na região e organizar a Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASA) no núcleo urbano Ampliar de forma contínua a formação de Agentes Indígenas de Saúde (AISs)	DSEI/SESAI, SEMSA, MS, SUS, FVS, FUNAI, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, junto com as comunidades

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
3	Água potável Educação ambiental e manejo do lixo	Realizar estudo adequado dos terrenos das comunidades e sítios e implementar o sistema de água mais adaptado ao local: poço artesiano, captação da chuva, bombeamento do rio ou igarapé, cuidando da encanação, tratamento e monitoramento Promover a educação ambiental, incluindo o destino e reciclagem do lixo, na educação escolar, no manejo do território e no atendimento de saúde comunitária Promover palestras nas escolas para conscientização do destino dos lixos recicláveis produzidos nas comunidades.	Poder Executivo, ANA, IBAMA, SEMA, SEMED, SEDUC, SEMSA, DSEI/ SESAI, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN
4	Combate ao alcoolismo e drogas	Criar rede de parcerias para o fortalecimento de combate ao alcoolismo e entorpecentes na região Discutir regras de convivência nas comunidades e estratégias de fiscalização da entrada e da venda de bebida alcoólicas e entorpecentes no território Desenvolver orientações nas escolas e comunidades em geral com discussões, palestras, socialização de cartilhas educativas ao combate do consumo de bebida alcoólica e uso de drogas ilícitas Promover cursos, oficinas de aprendizagem, projetos de geração de renda, campeonatos desportivos e atividades para jovens e adultos	Comunidades, SEMSA, DSEI/SESAI, SEMED, SEDUC, SEMEL, SEMCULTE, DMIRN, DAJIRN, FUNAI, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN

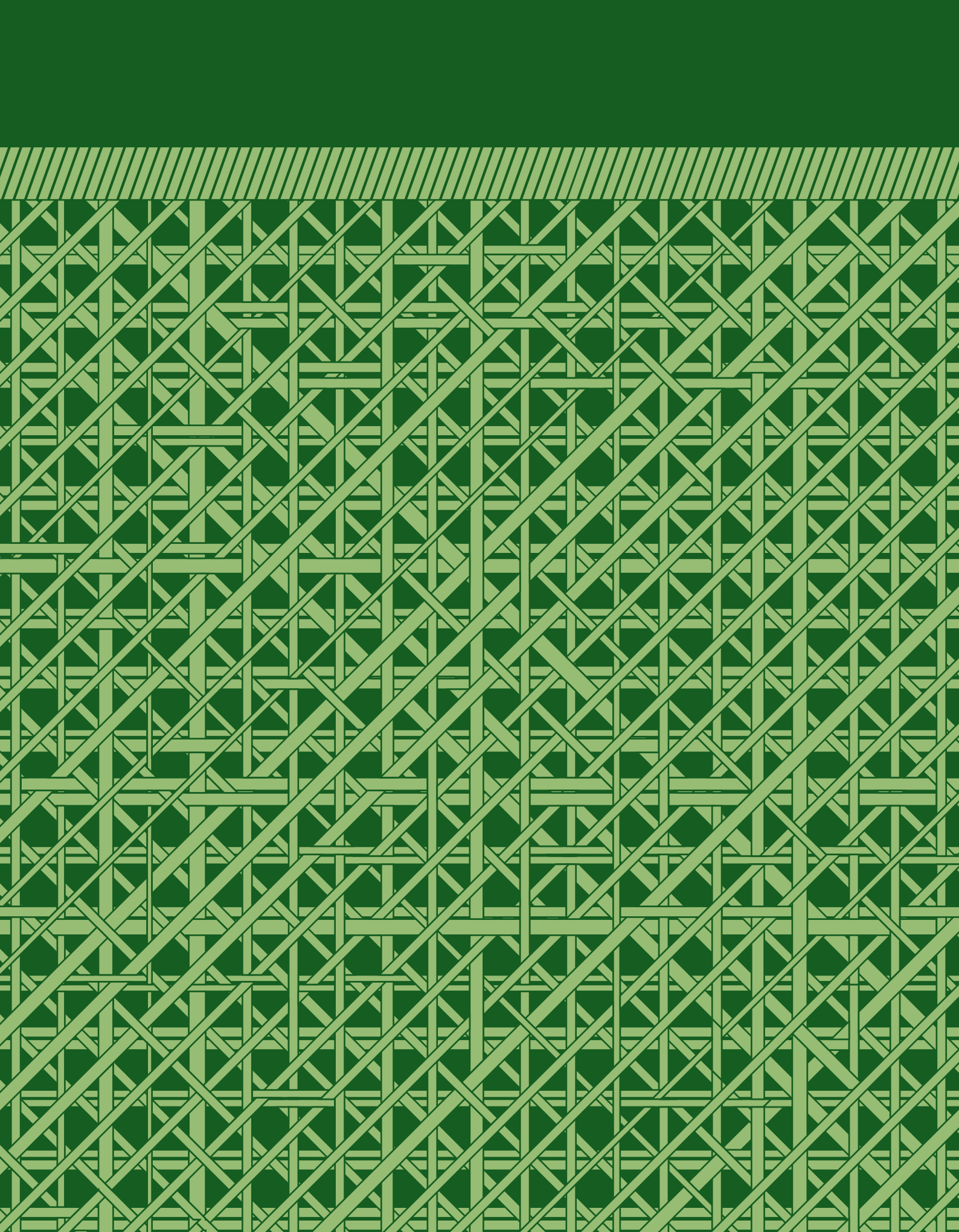
7. MULHERES E JOVENS

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
1	Falta espaço para discussão das questões das mulheres: os seus direitos, a violência, o alto índice de alcoolismo e as alternativas de geração de renda. E há necessidade da sua inclusão em todos os níveis de representação e tomada de decisão	Criar uma rede de parcerias para trabalhar temas referente aos direitos da mulher (saúde, formação educacional, combate à violência e outros) Articular instituições parceiras para realizar oficinas de gestão e empreendedorismo das mulheres Incluir mulheres na gestão do território, nas instâncias do movimento indígena, decisões e funções de políticas públicas Criar a associação das mulheres indígenas, visando o fortalecimento e representação na TI Jurubaxi-Téa Incentivar os conhecimentos tradicionais das mulheres indígenas Exigir o cumprimento da lei Maria da Penha (palestra, seminários e oficinas) Recriar a secretária municipal da mulher	Comunidades, DSEI/ SESAI, SEMSA, SEBRAE, SEMCULTE, SEDUC, MM, Delegacia da Mulher, DMIRN, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
2	As políticas públicas aos jovens na região são precárias. Os jovens, homens e mulheres, enfrentam falta da continuidade de estudos e de alternativas de trabalho formal, o alto índice de alcoolismo, o preconceito e os desafios de participação	Envolver os jovens em atividades, acontecimentos, funções e responsabilidades nas comunidades Organizar encontros de jovens das comunidades da região no território com discussão de temas da realidade juvenil Promover formação de lideranças jovens da região e sua participação nas instâncias do movimento indígena e de políticas públicas Desenvolver o fortalecimento da juventude em defesa das mudanças climáticas para a conservação e a proteção do território Promover o repasse de conhecimentos tradicionais aos jovens, com projetos, intercâmbios, estudos, encontros e oficinas que envolvam: narrativas, lugares, cerimônias, cantos, danças, instrumentos musicais, enfeites de danças, pinturas corporais e cultura material Promover cursos técnicos e de nível superior aos jovens das comunidades Incluir os jovens na gestão do território Criar a secretaria municipal da juventude	Comunidades, SEMCULTE, SEDUC, CETAM, IFAM, UEA, UFAM, SEMEL, Conselho Tutelar, DAJIRN, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN

8. INFRAESTRUTURA E COMUNICAÇÃO

	Problemas e potencialidades	Propostas	Parceiros e responsáveis
1	Infraestrutura e saneamento	Levantar recursos, discutir parcerias e consultar as comunidades para construções e reformas dos centros comunitários, escolas, postos de saúde e banheiros, adequados à realidade das localidades	SEMOB, SEMED, SEMCULTE, SEDUC, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN, junto com as comunidades
2	Energia sustentável e eficiente	Fazer levantamento e experiências de potenciais (solar, vento, turbinas na água, biomassa etc.) para energia limpa e mais eficiente nas comunidades Promover intercâmbio de lideranças para conhecer experiências e tecnologias alternativas de geração de energia	Comunidades, Programa Luz Para Todos, Universidades, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN, ISA e Instituições parceiras
3	Meios de comunicação	Instalar antenas de celular e internet pública nas comunidades Ampliar rede de radiofonia em locais estratégicos Educar para o bom e medido uso dos aparelhos eletrônicos e da internet	SECOM, FUNAI, GESAC, MCTIC, ACIMRN, CAIMBRN/FOIRN e Comunidades
4	Sistema de transporte	Estruturar transporte para apoiar a mobilização das comunidades, o escoamento e a comercialização de produtos	SEMPA, SEMCULTE, IDAM, SEPROR, FUNAI, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN
5	Casa de apoio na cidade	Construir alojamento e estruturas de apoio para indígenas nas cidades com objetivos de vendas de produtos, questões burocráticas, vestibulares, recebimento de benefícios sociais etc.	Prefeitura Municipal, FUNAI, ACIMRN e CAIMBRN/FOIRN



VII CONCLUSÃO E PRIORIDADES

Para este Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Jurubaxi-Téa nos mobilizamos, consideramos nossas histórias, valores e lutas pelo território e pelo bem viver, estudamos documentos, ouvimos e discutimos necessidades, ameaças, potenciais e propostas. Aqui estão as questões e as propostas centrais.

As instituições do Estado devem garantir que os direitos sejam respeitados e efetivos, assim como as políticas públicas devidamente implementadas. Por sua vez, as instituições da sociedade civil devem garantir parcerias legais e de excelência. E quaisquer que sejam, as políticas e iniciativas devem ser construídas em conjunto com as comunidades desde o início, com qualidade, transparência e boa fé.

Todas as demandas que compõem este documento foram consideradas como prioridades a serem discutidas, atendidas ou desenvolvidas efetivamente. Entretanto, devemos reforçar que **é imprescindível a homologação imediata da Terra Indígena Jurubaxi-Téa**, assim como **articulações mais aceleradas para as políticas de educação, saúde, cultura, manejo e proteção territorial e iniciativas de geração de renda**. Só assim haverá uma mínima garantia dos direitos constituídos, qualidade de vida, fortalecimento das comunidades e gestão mais apropriada no nosso território. Temos a expectativa de que as resoluções que aqui validamos sejam respeitadas e cumpridas.

A implementação do PGTA da Terra Indígena Jurubaxi-Téa será monitorada e avaliada nas assembleias da CAIMBRN a cada dois anos e o documento será atualizado a cada quatro anos.

LISTA DE COMUNIDADES E SÍTIOS ENTREVISTADOS

COMUNIDADES

Acariquara
Jutaí
Matozinho
Perseverança
São Francisco
Tabocal do Uneiuxi

SÍTIOS

Bacuri
Bacuri do Téa
Boa Esperança
Boa Vista
Bom Futuro
Cajatuba
Campina
Conceição
Escondido
Grande Vitória
Jacundá
Mangueira
Monte Alegre
Monte das Oliveiras
Nazaré do Uneiuxi
Santa Bárbara
São João
Sebastiana
Tabocal do Téa
Timoni
Temendawi

NÚMERO DE PESSOAS POR ETNIA NA TI JURUBAXI-TÉA

Nome do local	Bar	Ban	Nad	Tuk	Tik	Des	Kor	Pir	Ara	Kob	Yan	Tar	Wan	Kan	S/R
Acariquara	72	50		1		2	13	1					1		
Bacuri	12	1													
Bacuri do Téa	1			1											
Boa Esperança	1														
Boa Vista	2														
Bom Futuro	2														
Cajatuba	6														
Campina	2														
Campo Novo I															1
Conceição	8														
Deus-me-deu	1				5										
Escondido	10														
Estaleiro	6														
Fazenda Ponta															1
Grande Vitória	9														
Ilha do Autran	1		1												4
Ilha do Paraíso	2	1			6	12									
Jacundá	2														
Jutaí	45	4		2		1					2	3			
Mangueira				2											
Matozinho	25		1	1					1	6					
Monte Alegre	2			1											
Monte Alto I	1											1			
Monte Alto II			3			1									
Monte das Oliveiras	2														
Nazaré do Uneiuxi	4	1		6					5			2			
Novo	2														
Perseverança		56													
Santa Bárbara	6														
Santa Maria II	1			1											
São Francisco	36	3		2	11			8							
São João	40			2				1							2
São Luís	1														
Sebastiana	2														
Tabocal da Ilha Grande	4														
Tabocal do Uneiuxi	50	2	48	12				2	3		1			1	
Tabocal do Téa				3				1							
Tauari	1	41					1								
Temendawi	5			1											
Timoni			3	7		1									
Tiradente				3		1									

LEGENDA DE ETNIAS

Bar = Baré

Ban = Baniwa

Nad = Nadëb

Tuk = Tukano

Tik = Tikuna

Des = Desana

Kor = Koripaco

Pir = Pira-tapuya

Ara = Arapaso

Kob = Kubeo

Yan = Yanomami

Tar = Tariano

Wan = Wanano

Kan = Kanamari

S/R = Sem resposta

SIGLÁRIO

ACIMRN Associação das Comunidades

Indígenas do Médio Rio Negro

ANA Agência Nacional de Água

APA Área de Proteção Ambiental

CAIMBRN Coordenadoria das Associações Indígenas

do Médio e Baixo Rio Negro da FOIRN

CETAM Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

DSEI ARN Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro

EJA Educação de Jovens e Adultos

FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz

FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI Fundação Nacional dos Povos Indígenas

FVS Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas

GESAC Serviço de Atendimento ao Cidadão,
programa de inclusão digital do Ministério da Ciência,
Tecnologia, Inovação e Comunicações do MCTIC

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis

IDAM Instituto de Desenvolvimento Agropecuário
e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IFAM Instituto Federal do Amazonas

IPAAM Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

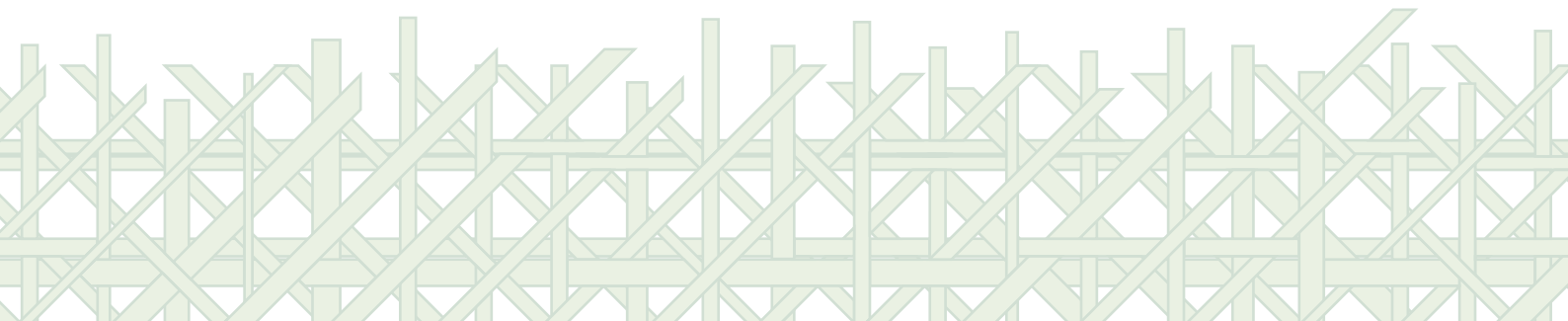
INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ISA Instituto Socioambiental

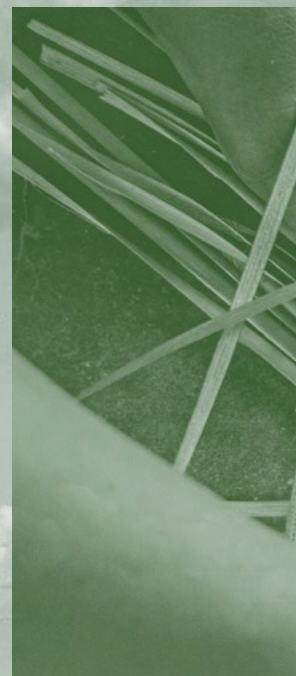
MCTIC Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicação

MINC Ministério da Cultura
MJ Ministério da Justiça
MM Ministério das Mulheres
MMA Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPF Ministério Público Federal
MPI Ministério dos Povos Indígenas
PGTA Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNGATI Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas
PPPI Projeto Político Pedagógico Indígena
SAT RN Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECADI Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC
SEMA Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMEL Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SEMOB Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
SECOM Secretaria Municipal de Comunicação Social
SEMCULTE Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Evento
SEMPA Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento
SEMSA Secretaria Municipal de Saúde
SEPROR Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas
SESAI Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde
SIRN Santa Isabel do Rio Negro
SUS Sistema Único de Saúde
TI Terra Indígena
UEA Universidade do Estado do Amazonas
UFAM Universidade Federal do Amazonas

fonte **apparat**
papel **offset**
tiragem **700**
impressão **lpsis**







ISBN: 978-65-89595-03-8

